

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

GRANDE AMERICANO OU TIRANO DO PRATA? Juan Manuel de Rosas na  
imprensa brasileira

RAFHAEL RIBEIRO REZENDE

NOVEMBRO  
2016

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

GRANDE AMERICANO OU TIRANO DO PRATA? Juan Manuel de Rosas na  
imprensa brasileira

Dissertação apresentada ao Instituto de  
Relações Internacionais - UnB como requisito  
parcial para a obtenção do título de Mestre em  
Relações Internacionais

Mestrando: Rafael Ribeiro Rezende  
Orientador: Prof. Dr. José Flávio Sombra Saraiva

NOVEMBRO  
2016

## AGRADECIMENTOS

Manifesto minha sincera e profunda gratidão às seguintes pessoas e instituições:

Meus pais, Wanda e Cleumir, a quem devo a existência e a criação.

Minha namorada, Truyitraleu Tappa, companheira de todos os momentos. Seu afeto e alegria contagiante muito contribuíram para essa dissertação.

Meu Orientador, José Flávio Sombra Saraiva, que sempre apoiou e incentivou este trabalho e cujos conselhos foram essenciais para o desenvolvimento da pesquisa.

Os Professores Pio Penna e Amado Cervo, que acolheram o convite para serem membros da banca examinadora.

FAP-DF, que possibilitou economicamente a realização dessa pesquisa, concedendo bolsa nestes últimos 11 meses de mestrado.

Biblioteca Nacional, cuja Hemeroteca Digital propiciou o acesso às fontes históricas.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>CAPÍTULO 1 – Rosas e o Brasil: contexto histórico</b>	
1.1 A ascensão de Rosas.....	13
1.2 Sociedade Popular Restauradora, a <i>Mazorca</i> .....	16
1.3 O Pacto Federal .....	18
1.4 A morte de Quiroga e as "facultades extraordinarias" .....	18
1.5 A Lei de Aduanas.....	19
1.6 As intevencões francesas e inglesas.....	20
1.7 A Queda de Rosas.....	21
1.8 O Rosismo.....	21
<b>CAPÍTULO 2 – Rosas e o Brasil: percepção interna brasileira</b>	
2.1 Rosas e o Parlamento brasileiro.....	25
2.2 Rosistas no Brasil? .....	32
2.3 Discurso civilizatório e a guerra contra Rosas.....	41
<b>CAPÍTULO 3 – Rosas na imprensa brasileira</b>	
3.1 Introdução.....	44
3.2 Rosas, Dorrego e Lavalle: as guerras civis da década de 20.....	45
3.3 O primeiro governo Rosas (1829-1832).....	46
3.4 Rosas na Campanha do Deserto.....	47
3.5 Antes de 1835.....	48
3.6 A Soma dos Poderes Públicos.....	49
3.7 As guerras civis na Argentina.....	51
3.8 Rosas e as intervenções europeias.....	52
3.9 Rosas e a maioria de Pedro II.....	54
3.10 Tratado de 1843, a aliança frustrada com Rosas.....	55
3.11 O tempo do neutralismo.....	59
3.12 Rosas e o Paraguai.....	60
3.13 A recepção brasileira sobre a imprensa rosista.....	62
3.14 O Tratado de 1828 .....	62
3.15 A Mazorca.....	63
<b>CAPÍTULO 4 – Rosas na imprensa brasileira: antes e depois de Caseros</b>	
4.1 Às vésperas de Caseros.....	66
4.2 Rosas no exílio.....	68
4.3 Rosas: republicanismo, idealismo e militarismo.....	68
4.4 Rosas e o Vice-Reinado do Prata .....	70
4.5 1953: o imediato pós-guerra.....	71

4.6 A posteridade.....	72
4.7 Rosas e os republicanos brasileiros.....	74
4.8 Rosas e as classes baixas.....	77
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>78</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>81</b>

*[Rosas] Cambió los guantes por las bolas<sup>1</sup>,  
la varita<sup>2</sup> por el facón y el frac por el  
poncho.*

**Eduardo Gutiérrez**

*Dom Pedro II foi o primeiro a desdenhar da  
coroa; e a apresentar-se de sobrecasaca e de  
cartola preta aos olhos do seu povo. (...) O  
imperador a sair do palácio, a tirar o retrato  
e a governar o Brasil de cartola burguesa. O  
imperador a exceder-se em formas  
cenográficas de liberalismo postiço.*

**Gilberto Freyre**

*Esta sociedad original que Rosas crea, poco  
debe a Europa. Es fundamentalmente  
criolla, americana, argentinísima.*

**Manuel Gálvez**

---

1 Boleadeira.

2 Bastão de origem medieval utilizado por autoridades na Espanha e na América Espanhola.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto os antagonismos da imagem de Juan Manuel de Rosas na imprensa brasileira. Busca-se estabelecer um panorama da história política de Rosas, examinar a percepção sobre ele na historiografia brasileira e, por fim, analisar diretamente as fontes jornalísticas do século XIX. Investiga-se, nas fontes primárias, as abordagens da imprensa brasileira sobre vários aspectos de Rosas e do rosismo, tais como: a Campanha do Deserto, a Mazorca, as “faculdades extraordinárias”, a resistência às invasões europeias. Discute-se a influência do americanismo e do discurso civilizatório na maneira como os brasileiros viam Rosas. O cerne do trabalho é a oposição entre rosistas e antirrosistas no Brasil.

**Palavras-chave:** Juan Manuel de Rosas; História da imprensa oitocentista no Brasil; História das Relações Internacionais

### ABSTRACT

This research has as object the antagonisms of the image of Juan Manuel de Rosas in the Brazilian press. It seeks to establish a panorama of the political history of Rosas, to examine the perception about him in Brazilian historiography and, finally, to analyze directly the nineteenth-century journalistic sources. In the primary sources, the Brazilian press' approaches to various aspects of Rosas and Rosism are investigated, such as the Desert Campaign, the *Mazorca*, the "extraordinary powers", the resistance to European invasions. It also discusses the influence of americanism and civilizing discourse in the way Brazilians saw Rosas. The core of the work is the opposition between *rosistas* and *antirrosistas* in Brazil.

**Keywords:** Juan Manuel de Rosas; History of the Brazilian journalism in the 19<sup>th</sup> century; International Relations History



## INTRODUÇÃO

No Brasil, a imagem de Rosas está associada à de um inimigo. Na historiografia dominante, figura ele como um ditador expansionista, que visava “restaurar o Vice-Reinado do Rio da Prata”, anexar países vizinhos e até mesmo ameaçar a integridade territorial do país.

O triunfo contra Rosas na Guerra do Prata (1850-1852) é rememorado nas tintas de Edoardo de Martino – que também pintou outras célebres telas patrióticas, retratando a Guerra da Cisplatina e a Guerra do Paraguai. O fato de que suas obras eram encomendadas pelo próprio imperador indicam a permanência da ideia de Rosas como um *inimigo natural* do Brasil, ao menos na percepção oficialista.



Ilustração 1: "Passagem do Tonelero". Edoardo de Martino

E não só a pintura registrava a aversão ao rosismo. José de Alencar, romancista mais popular do Segundo Reinado, não se olvidou - em sua obra, *O Gaúcho* - de apresentar Rosas como um ditador expansionista:

Nem podia escapar à sua perspicácia o futuro que estava reservado ao Rio Grande, na sonhada confederação. Fora preciso cegar-se completamente para não conhecer que o novo estado seria mais uma presa do caudilho feliz, que nos devaneios de sua ambição aspirava à restauração do antigo vice-reinado de Buenos Aires, para trocar então por uma coroa o chapéu de ditador.<sup>3</sup>

Machado de Assis tampouco se eximiu de criticar Rosas, qualificando seu governo como “tirania odiosa”<sup>4</sup>. Joana de Noronha, escritora e jornalista argentina exilada no Brasil, foi mais além. Dedicou uma peça inteira a denunciá-lo: *O Ditador Rosas e a mazhorca*.<sup>5</sup>

Ditador. Sanguinário. Expansionista. Tirano do Prata. Esses são os epítetos que atribuíram a Rosas vários brasileiros, de agora e de antanho.

Mas o que pensar da homenagem que queriam lhe fazer os cariocas, a compra de uma espada para o “ilustre General Rosas, magnânimo e corajoso defensor da liberdade americana”?<sup>6</sup>

Ilustre? Magnânimo? Defensor da liberdade? Sim, Rosas despertava tanto a admiração quanto o ódio dos brasileiros. Se para alguns era o Tirano do Prata, para outros, era o Grande Americano.

De fato, a Guerra do Prata foi precedida por uma disputa de ideias: rosistas e antirrosistas travavam um conflito pela opinião pública, tendo na imprensa seu

---

3 Alencar, José. 1998, p. 62.

4 Apud DORATIOTO, 2014, p. 62. As simpatias de Machado de Assis pelo mitrismo eram bastante explícitas. Publicou um texto na Gazeta de Notícias, em 1888, chamado "O Futuro dos Argentinos", no qual elogiava Mitre e Sarmiento, afirmando que "Vinte anos depois, a nação argentina chegou ao ponto em que se acha, próspera, rica, pacífica, naturalmente ambiciosa de progresso e esplendor. Esqueceu a opressão, desaprendeu a caudilhagem; conhece os benefícios da liberdade e da ordem". Considerando essa inclinação em favor dos liberais/unitários, a antipatia por Rosas parece previsível.

5 Juana Manso de Noronha foi uma escritora argentina, naturalizada brasileira, que se exilou durante o governo Rosas. Fundou no Rio de Janeiro o *Jornal das Senhoras*. Sua militância antirrosista transpareceu nas obras literárias, tais como o romance histórico *Misterios del Plata* (publicado no Brasil em 1852) e a peça *O Ditador Rosas a mazhorca*. LOBO, Luiza. Juana Manso: uma exilada em três pátrias. *Revista de Género*. Niterói, 2009, v. 9, n. 2, p. 47-74.

6 SOUZA, José Antonio Soares de. 1953, p. 4.

principal campo de batalha. Tal guerra simbólica - em torno da percepção brasileira sobre Rosas – será o objeto deste trabalho.

Juan Manuel de Rosas governou a província de Buenos Aires entre 1835 e 1852, recebendo poderes extraordinários do Legislativo. Suprimiu a oposição unitária com violência, dando fim ao período de guerras civis que consumiam as antigas Províncias Unidas do Prata. Aliou-se a outros caudilhos provinciais, recebendo deles a autorização para representar a Confederação Argentina no plano exterior (Pacto Federal).<sup>7</sup>

O Brasil esteve envolvido tanto na ascensão quanto na queda de Rosas. A Guerra da Cisplatina enfraqueceu os unitários argentinos (responsabilizados por ceder a independência da Banda Oriental do Uruguai), criando condições para a emergência política do caudilho. Quanto à queda, a participação brasileira foi mais direta: aliado a Urquiza (governador de Entre-Ríos) e aos colorados uruguaios, o Brasil fez a Guerra do Prata, que culminou na deposição de Rosas em 1852.

No Parlamento e na imprensa brasileira, Juan Manuel de Rosas foi hostilizado (pelos métodos cruéis de repressão que lhe atribuíam), temido (pelo receio de seus intentos expansionistas, que visariam anexar Uruguai e Paraguai, recuperando os territórios do antigo Vice-Reinado do Prata) e também celebrado (suas vitórias militares contra França e Inglaterra), mas nunca ignorado.

Grande Americano ou Tirano do Prata? O presente trabalho visa responder a esta indagação, investigando qual seria a percepção dominante acerca do líder que por mais tempo governou a Argentina (17 anos). Para tanto, faz uso da análise de fontes historiográficas da imprensa brasileira<sup>8</sup>, examinando linha editorial e as preferências políticas de cada jornal, relacionando o texto ao contexto.

---

7 De acordo com Marcela Ternavassio, o Pacto Federal foi firmado pelas províncias de Santa Fe, Entre-ríos e Buenos Aires em 1831, criando uma “associação política entre entidades soberanas”. Após a derrota da Liga do Interior, esse pacto que deveria ser uma aliança militar provisória, passou a ser um dos “fundamentos institucionais das relações interprovinciais” até a Constituição de 1853, nas palavras da historiadora argentina. TERNAVASSIO, Marcela. *Historia de Argentina (1806-1852)*. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo Ventiuno Editores, 2013, páginas 171 a 175.

8 Por meio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Optou-se por dividir esta obra em 4 capítulos: o primeiro oferece um panorama histórico sobre Rosas, o segundo efetua uma revisão bibliográfica sobre a percepção brasileira sobre Rosas, os dois últimos examinam fontes primárias<sup>9</sup> da Imprensa brasileira com o intuito de verificar qual era a imagem de Rosas no país.

---

9 Nas citações diretas de fontes primárias manteve-se a ortografia da época, preservando a autenticidade dos documentos.

## CAPÍTULO 1 – Rosas e o Brasil: contexto histórico

*Il [Rosas] s'en alla retrouver ses fidèles Gauchos, ses Estancias, dont il était le seigneur, cette campagne dont il était le roi ; mais tout cela avec l'intention de rentrer un jour à Buénos-Ayres en dictateur, comme Sylla était rentré dans Rome l'épée d'une main, la torche de l'autre.*

**Alexandre Dumas**

### 1.1 A ascensão de Rosas

Juan Manuel de Rosas pertencia a uma família aristocrática castelhana, os Ortiz de Rozas, que se haviam estabelecido no Vice-Reinado do Rio da Prata em 1742. Sua educação, no entanto, incluía o trabalho braçal no campo e o contato direto com *gauchos* e índios, conforme descreve Waldo Ansaldi em "La Forja de un Dictador":

En la campaña aprende las tareas rurales, destacándose en el manejo y monta del caballo; pero sobre todo aprende a conocer a los hombres, sean gauchos errantes, los que trabajaban en la estancia, los que concurren a la pulpería, sean esos fascinantes indios de las pampas, a veces llegado en tren de intercambio comercial, ora lanzados en arrasantes malones. Comprende la psicología de unos y otros, aprende el lenguaje de los indígenas. (...)<sup>10</sup>

Tal vivência teria impacto decisivo na formação pessoal de Rosas e na vida política argentina. Um outro episódio, também relevante, é a invasão inglesa a Buenos Aires em 1806: Rosas participa da defesa da cidade como auxiliar de

---

10 ANSALDI, 1981, p.5

artilharia, embora ainda fosse criança.<sup>11</sup> Posteriormente, não se envolve no movimento independentista, concentrando-se em suas atividades privadas<sup>12</sup>: a criação de gado nas estâncias do sul da província e os *saladeros*, estabelecimentos produtores de charque.



*Ilustração 2: Juan Manuel de Rosas.*  
*Gravura. Acervo digital da Biblioteca Nacional.*  
*[18--]*

Não obstante, a guerra civil atrairia novamente Rosas à vida pública: o governo de Buenos Aires o nomeia Comandante de Milícias, e suas tropas camponesas (*Os Colorados del Monte*) auxiliam na manutenção da ordem provincial. Distancia-se outra vez do governo quando este rompe os tratados com os indígenas, provocando o caos na fronteira, onde estão suas estâncias.

---

11 GÁLVEZ, 2007.

12 Como observa Alsaldi: "Hasta aquí, Juan Manuel de Rosas ha sido un espectador, un hombre preocupado y empeñado sobre todo por labrar su futuro personal." ALSADI, 1981, p. 8.

Seu engajamento definitivo na política provincial, que o conduziria ao cargo de governador em 1829, se dá com o fim da Guerra da Cisplatina, quando as tropas unitárias regressam da guerra com o Brasil e tomam o controle da província. Lavalle, general que as comandava, decide capturar o governo eleito: Dorrego, um federalista com grande apoio na plebe urbana.

O governo unitário de Lavalle, apesar das repressões praticadas, não consegue manter-se no poder: "El gobierno de Lavalle no consigue afirmarse ni en la ciudad ni en la campaña de Buenos Aires. Tampoco encontrará eco en el Interior, ni, mucho menos, en el Litoral".<sup>13</sup> As circunstâncias obrigam Lavalle a transigir e aceitar um pacto que resultaria, em 1829, na eleição de Rosas para governador.

O fuzilamento de Dorrego pelos unitários foi um acontecimento fulcral para desencadear a ascensão política de Rosas, que passa a ser visto pelo público como um *Restaurador das Leis*, um líder capaz de trazer a estabilidade na província abalada pela guerra civil:

Rosas fue presentado ante la opinión pública como el defensor de las instituciones ultrajadas por el motín unitario y como el único capaz de controlar la conflictiva situación generada en las provincias luego de la muerte de Dorrego.<sup>14</sup>

Houve, de fato, uma transferência da popularidade de Manuel Dorrego entre a plebe urbana para Rosas, que já era apoiado pelos *gauchos* da campanha. Essa união foi fundamental para a longevidade do governo, gestando aquilo que ficou conhecido entre os argentinos como a "época de Rosas".

De acordo com Tulio Halperin Donghi (em *De la revolución de Independencia a la Confederación rosista*), Rosas conseguiu alterar o equilíbrio político da província de Buenos Aires ao reunir sob seu comando – simultaneamente - a cidade e o campo.

---

13 ANSALDI, 1981, p.17

14 TERNAVASIO, 2013, p. 175.

El triunfo federal ha sido el resultado de esa ola de fondo, que ha politizado y radicalizado a la provincia en su conjunto, ha unificado políticamente ciudad y campaña (como no lo habían estado nunca en el pasado) y ha dado a esos sectores militantes un jefe único, surgido de la campaña, que es el nuevo gobernador.<sup>15</sup>

Essas foram as circunstâncias e acontecimentos responsáveis pela ascensão de Rosas. Sua manutenção no poder por tão longo período (1829-1852, com breve interregno entre 1832-1835) pode ser explicadas pelos seguintes itens, que serão posteriormente discutidos: O Pacto Federal, a *Mazorca* e o prestígio derivado da resistência às invasões europeias.

## **1. 2 Sociedade Popular Restauradora e a *Mazorca***

A *Mazorca*, que em português significa espiga de milho, era uma força parapolicial de militantes rosistas. As acusações de perseguição política e de violência praticada pelos *mazorqueros* teriam importantes repercussões na imprensa brasileira, por isso esse tema merece ser analisado.

Ela foi o braço armado da Sociedade Popular Restauradora, um clube político rosista fundado em 1833, no interregno dos dois governos Rosas. Tratava-se de uma das várias agremiações políticas de Buenos Aires, cujo diferencial era sua composição social, pois incorporava também pessoas dos estratos mais baixos: "era a primeira vez que a gente decente não era maioria em uma associação política".<sup>16</sup> Suas origens estão ligadas a Encarnación Ezcurra, esposa de Rosas, que dirigiu as lutas dos federalistas rosistas contra os dissidentes.<sup>17</sup> As atividades iniciais desse movimento eram organizar reuniões, gritar a favor de Rosas nas ruas, hostilizar seus inimigos e pressionar os deputados da Sala de Representantes.<sup>18</sup>

---

15 DONGHI, 2000, p. 289.

16 Tradução livre. MEGLI, 2008, p. 75.

17 Chamados de *cismáticos*.

18 .MEGLI, 2008, p. 75.



De acordo com Ternavassio, a existência da Mazorca cumpria a função estratégica de evitar um vínculo direto da violência política com o governador. A historiadora argentina afirma que o aparato coercitivo de Rosas era formado pela Polícia – que atuava legalmente sob ordens do poder executivo – e a *Mazorca*, que operava na clandestinidade, "encarregada de cometer assassinatos e torturas".<sup>19</sup> Como esta última não era oficialmente parte do Estado (embora fosse composta majoritariamente por policiais), isso permitiria que "o governo justificasse suas ações em diversas oportunidades como excessos populares, desvinculados da pessoa de Rosas".<sup>20</sup>

Não obstante, Meglio - em seu artigo *La Mazorca y el orden rosista* – contradiz essa versão, afirmando que Mazorca também podia agir autonomamente, não estando sob controle absoluto de Rosas:

Si bien el Gobernador ejercía un poder autocrático y supervisaba lo más posible las acciones de sus seguidores, eso no implica que los manejara como títeres. Por más que los federales netos, como se autoproclamaban, solían obedecerlo ciegamente, también tenían iniciativas propias y hacían sus interpretaciones de las órdenes que bajaba el gobierno. El rosismo no se reducía a Juan Manuel de Rosas.<sup>21</sup>

De qualquer forma, a repressão praticada pela Mazorca não era indício de ausência de popularidade. Ao contrário, Rosas tinha amplo apoio da plebe urbana de Buenos Aires (na campanha ele já o tinha desde a década de 1820), conforme Frank Safford: "En el Río de la Plata, sin embargo, la dictadura de Juan Manuel de Rosas en Buenos Aires, al igual que los regímenes de los caudillos menores que había en las provincias, había disfrutado de un amplio apoyo de las clases populares."<sup>22</sup> De fato, a popularidade de Rosas entre as massas conduziu os jovens intelectuais que lhe faziam oposição – a exemplo de Domingo Faustino Sarmiento e Juan Bautista Alberdi – a

---

19 Tradução livre. TERNAVASSIO, 2013, p. 209

20 Tradução livre. TERNAVASSIO, 2013, p. 210

21 MEGLI, 2008, p.81.

22 SAFFORD, 1991, p. 81.

uma aversão à democracia. Para eles, "a soberania popular nas mãos da gente ignorante inevitavelmente conduzia à ditadura"<sup>23</sup>. Esse escasso apreço pela opinião popular se refletiria no regime político instaurado por esse grupo em 1852, após a derrota de Rosas.

### 1.3 O Pacto Federal

O Pacto Federal, estabelecido em 1831, unia as chamadas Províncias do Litoral (Buenos Aires, Santa Fe, Entre-Ríos e posteriormente, Corrientes) sob o princípio da autonomia provincial. O artigo 1º do acordo, conforme Marcela Ternavasio, "estableció que las provincias signatarias expresaban voluntad de paz, amistad y unión, reconociéndose recíprocamente libertad e independencia, representación y derechos."<sup>24</sup> Esse documento, na ausência de uma Constituição, seria a base da organização política argentina

Tendo suas tropas comandadas por Estanislao López, governador de Santa Fe, os federalistas do Litoral se defrontavam com a Liga do Interior, liderada por General Paz. Tratava-se de uma guerra entre um exército profissional – o unitário – e as tropas irregulares de *gauchos* federais, despectivamente chamados de montoneros. Facundo Quiroga,<sup>25</sup> caudilho da província de La Rioja, desempenhou um papel protagônico nos combates, que resultaram na vitória dos federalistas e por conseguinte, de Rosas.

### 1.4 A morte de Quiroga e as "facultades extraordinarias"

A Sala dos Representantes, Poder Legislativo da província de Buenos Aires, insistia em convidar Juan Manuel de Rosas (que havia deixado o poder em 1832) para ocupar o cargo de governador. *O Restaurador das Leis*, no entanto, se

23 Tradução Livre. SAFFORD, 1991, p. 81.

24 TERNAVASIO, 2013, p. 174.

25 Caudilho que dá o título à principal obra de Sarmiento: Facundo, Civilização e Barbárie

negava a aceitar o posto, a não ser que recebesse as chamadas "facultades extraordinarias", que lhe permitiriam governar de forma autocrática.

No entanto, o assassinato de um dos principais caudilhos federais, Facundo Quiroga, perpetrado pelos unitários, convenceria os deputados a dar a Rosas plenos poderes. Como observa Ansaldi: "Otra vez, como en 1828, la oportuna muerte de un jefe de prestigio entre las filas federales sirve de escalón para el ascenso del terrateniente bonaerense al poder".<sup>26</sup>

### 1.5 A Lei de Aduanas

Os Estados oitocentistas obtinham suas rendas, mormente, das tarifas alfandegárias. Assim sendo, Rosas elaborou uma lei – em 1835 - que pudesse melhorar a situação fiscal das províncias, aumentando as taxas sobre produtos importados.<sup>27</sup> Ao mesmo tempo em que melhorava as contas públicas, A *Ley de Aduanas* visava contribuir para o equilíbrio federativo, atraindo para o sistema rosista as províncias com forte produção artesanal que se beneficiavam dessa medida. Tal como observa Ternavasio: "La Ley de Aduanas fue uno de los muchos mecanismos utilizados por el gobierno de Buenos Aires para mantener cierto equilibrio en el sistema de poder de la Confederación."<sup>28</sup>

<sup>26</sup> ANSALDI, 1981, p.27.

<sup>27</sup> De forma análoga, o Brasil instituiu na década seguinte as Tarifas Alves Branco, rompendo com os Tratados Desiguais, pelos quais taxava os produtos ingleses com uma alíquota máxima de 15%, o que gerava um grave problema de receitas. Esse Sistema de Tratados remetia ao período joanino (1808-1822) e ao próprio processo de independência do país. Seu documento fundador foi o Tratado de Comércio e Navegação entre Portugal e Inglaterra, firmado em 1810. Estabelecia a tarifa de 15% aos produtos ingleses – alíquota inferior àquela aplicada aos portugueses – e que seriam renovados em 1825, como um dos requisitos para o reconhecimento da independência brasileira. Essa tarifa acabou estendendo-se a outros países europeus, na media em que também reconheciam a independência do país. Foi durante o quinquênio liberal (1844-1848) que tal situação se reverteu: o ministro da Fazenda, Alves Branco, em 1844, estipulou novas tarifas, que variavam entre 20 e 60% dos valores dos produtos importados, a depender da existência ou não de concorrentes internos. BASILE, Marcello Otávio N. De C. *O Império Brasileiro: panorama político*. In: Linhares, Maria Yedda (org). *História Geral do Brasil*. 9ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 1990, páginas 190-215 e 241.

Halperin Donghi também afirma a importância política dessa Lei, que conciliava o país com os interesses dos grupos pecuaristas exportadores, obtendo grande aprovação popular nas províncias.<sup>29</sup>

### **1.6 As intervenções francesas e inglesas**

Foram duas as invasões europeias que a Confederação Argentina sofreu durante o período rosista. A primeira, efetuada pela França no período 1838-1840, tinha o fato do governo buenairense aplicar a Lei de Recrutamento Militar a súditos franceses que ali viviam. Além disso, os franceses reivindicavam tratamento de "nação mais favorecida", obtendo igualdade em relação aos ingleses. A estratégia de guerra baseava-se em um bloqueio naval, na ocupação da ilha de Martín García e no apoio aos inimigos internos de Rosas, tais como o unitário Lavalle.

A França não obteve o que desejava: uma união dos opositores contra Rosas. De fato, o contrário ocorreu, conforme Cisneros e Escudé em *Historia de las relaciones exteriores argentinas*:

Las intrigas francesas no encontraban eco en el territorio de la Confederación. Rosas supo sacar provecho de las actividades navales francesas y las intrigas de los unitarios en las distintas provincias, invocando el sentimiento nacionalista de los caudillos provinciales a través de un hábil manejo de la propaganda.<sup>30</sup>

A intervenção fracassou em derrubar Rosas e ainda aumentou seu respaldo entre os caudilhos do interior, que não se atreveram a apoiar uma potência estrangeira contra o governante de outra província. Não obstante, em 1845 haveria uma nova intervenção – anglo-francesa, dessa vez – que duraria até 1849.

As motivações para mais uma invasão eram a manutenção da independência uruguaia, a livre navegação do Rio da Prata, "a política financeira

---

29 DONGHI, 2000, p. 333.

30 ESCUDÉ; CISNEROS; 2000. Disponível em: <http://www.argentina-rree.com/4/4-015.htm>

adotada pelo governador bonaerense, julgada pelos britânicos como irresponsável<sup>31</sup>, entre outras. Os resultados da guerra não foram vantajosos para os europeus, como observam Cisneros e Escudé:

a) la pérdida de prestigio de Francia en los asuntos del Río de la Plata; b) la demostración de la ineficacia del bloqueo como instrumento de presión para asegurar los intereses de ambas potencias europeas en esta región, realidad que la diplomacia británica supo ver con antelación a la francesa; c) la afirmación de la autoridad de Rosas sobre el territorio de la Confederación Argentina; d) la permanencia de una situación inestable en la Banda Oriental caracterizada por la pugna Oribe-Rivera, que se saldaría recién con la caída del rosismo. (...) <sup>32</sup>

Como se vê, essa nova intervenção reforçou o poder e o prestígio de Rosas, robustecendo sua retórica americanista por ter resistido a mais uma invasão estrangeira.

### 1.7 A queda de Rosas

A queda de Rosas pode ser explicada pela crise no sistema federal argentino e pela intervenção brasileira. Urquiza, governador de Entre-Ríos, tinha seus interesses econômicos afetados pelo controle que o porto de Buenos Aires exercia sobre o Rio da Prata. Ele retira a delegação que, pelo Pacto Federal, era dado ao governador portenho o poder de representar a Confederação Argentina no exterior. Posteriormente, assina um pacto com o Brasil para derrotar Oribe e Rosas, o que ocorre definitivamente em 1852, na batalha de Caseros.<sup>33</sup>

Quanto à participação brasileira, Moniz Bandeira, em *A Expansão do Brasil e a Formação dos Estados na Bacia do Prata*, identifica causas sistêmicas para o conflito com a Confederação Argentina: política rosista de fechamento dos rios e de expansão territorial eram incompatíveis com os interesses brasileiros. Em

31 Tradução livre. ESCUDÉ; CISNEROS; 2000. Disponível em: <http://www.argentina-rree.com/4/4-022.htm>

32 ESCUDÉ; CISNEROS; 2000. Disponível em: <http://www.argentina-rree.com/4/4-027.htm>

33 DORATIOTO, 2014.

realidade, os dois fatores estavam vinculados, já que a anexação do Uruguai e do Paraguai, além de eliminar Montevideu como porto concorrente a Buenos Aires, acabaria "nacionalizando virtualmente o Prata e seus tributários, em quase toda a extensão, o que permitiria considerá-los como rios interiores".<sup>34</sup> Como resultado, o Brasil perderia o acesso à província do Mato Grosso e teria sua integridade territorial ameaçada. Quanto à reconstrução do Vice-Reinado do Prata, essa expansão territorial corresponderia – do ponto de vista argentino - ao sistema americano de Rosas, que integraria "Paraguai e Uruguai a uma estrutura federal que teria Buenos Aires como epicentro".<sup>35</sup>

Amado Cervo, por sua vez, assim explica a decisão brasileira de intervir contra Rosas:

Na avaliação brasileira, Rosas saía tão fortalecido no confronto com os europeus que não hesitaria em levar adiante seu expansionismo regional. O Uruguai estava sob seu controle com Oribe, para desespero dos gaúchos, que praticavam incursões violentas à busca de gado. Paraguai e Bolívia seriam suas próximas presas e , quiçá, parte do Rio Grande do Sul. Restabelecer-se-ia assim o antigo Vice-Reino do Prata, sob a forma de grande Estado rival. Correta ou não, essa avaliação brasileira era o principal elemento de cálculo político. Convinha, pois, atacá-lo primeiro, em ação direta, “agredir para não ser agredido”, pensava Paulino.”<sup>36</sup>

A Aliança entre Brasil e Urquiza pôs fim ao longo período conhecido pelos argentinos como “a época de Rosas” (1829-1852). A derrota em Caseros implicou no exílio do *Restaurador de las Leyes*, que seguiu para Southampton, na Inglaterra, país contra o qual duas vezes havia combatido (1806 e 1845).

## 1.8 O Rosismo

---

34 BANDEIRA, 1998, p. 110

35 BANDEIRA, 1998, p. 110

36 CERVO, 2015, p. 114

José Luis Romero, em “Las ideas políticas en Argentina”, aborda o pensamento social de Rosas, que podemos nomear *rosismo*. Segundo o autor, o pensamento rosista era caracterizado pelo seu antiliberalismo, localismo, realismo e catolicismo. Tratava-se de uma ideologia *criolla*, isto é, nativista, e que reagia ao liberalismo implantado no período rivadaviano.

O realismo de Rosas se constata na opção por postergar a adoção de uma Constituição nacional, mantendo a ordem possível, que era baseada no poder *de facto* dos caudilhos federais. Romero observa que Rosas era "profundo conhecedor da psicologia das massas populares criollas" e que "conseguiu criar nelas a arraigada convicção de seu direito natural ao exercício da autoridade. Só ele parecia capaz de restaurar as formas tradicionais de vida e, sobretudo, por fim às contendas civis (...)".<sup>37</sup> O rosismo era, então, um pensamento pragmático, que buscava extrair da realidade uma organização social possível, em vez de tentar moldá-la de acordo com doutrinas exógenas. Esse viés pragmático pode ser notado da política exterior adotada: ao mesmo tempo em que Rosas rechaça as doutrinas políticas estrangeiras e adota uma retórica americanista, ele não rompe o vínculo com os países compradores dos produtos oriundos da pecuária argentina.<sup>38</sup>

Quanto elemento antiliberal, Romero afirma que ele era "visível nas tendências políticas e econômicas que Rosas colocou, manifestamente, ao longo de seu governo."<sup>39</sup> No domínio econômico, implicou no protecionismo derivado da *Ley de Aduanas*. Politicamente, no autoritarismo e no poder emanado da força local dos caudilhos e não nas estritas normas legais. Esse antiliberalismo atraía as massas, "antiprogressistas por tradição e inércia, envaidecidas com a superioridade de suas virtudes de povo pastor: a coragem e a destreza".<sup>40</sup>

---

37 Tradução livre. ROMERO, 1987, p. 124

38 Romero observa que "Así se explica la política xenófoba de Rosas, compatible, empero, con su alianza con los gobiernos de los países interesados en el comercio con los estancieros y los saladeros". ROMERO, 1987, p. 127

39 Tradução livre. ROMERO, 1987, p. 127

40 Tradução livre. ROMERO, 1987, p. 127

Rosas, portanto, fundamentou a organização social da Confederação Argentina nas tradições locais, contrapondo-se às correntes liberais – estrangeiristas e *anticriollas* – e dessa forma, estabeleceu um vínculo autêntico com as massas rurais e os caudilhos provinciais. Esse caráter localista e nativista favorecia a adesão popular à sua causa e foi, certamente, um dos sustentáculos do poder rosista.



## CAPÍTULO 2 – Rosas e o Brasil: percepção interna brasileira

*(...) o ditador argentino [Rosas] obteve, entre os fluminenses de então, o prestígio de um Grande Americano.*

**José Antônio Soares de Souza**

*El nombre de Rosas y el ejemplo de la situación política y social argentina está en la pluma y la boca de los hombres del 48 brasileño.*

**José María Rosa**

### 2.1 Rosas e o Parlamento Brasileiro

Faz-se necessária uma análise da historiografia sobre as percepções brasileiras sobre Rosas, de forma a inserir as pesquisas sobre imprensa em uma perspectiva histórica mais ampla. Em razão das necessidades específicas deste trabalho, foram selecionadas pesquisas historiográficas que abordem os debates internos sobre a imagem de Rosas no Brasil.

No Brasil, a principal obra que trata sobre os debates internos que levaram à Guerra do Prata (1851-1852) é *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores*, de Amado Cervo. Tendo como foco as discussões estabelecidas no Legislativo e no Conselho de Estado, Cervo descreve a transição do neutralismo ao intervencionismo, identificando as causas dessa mudança na política externa brasileira e os principais atores envolvidos.

O primeiro desses atores é Antônio Paulino Limpo de Abreu, o visconde de Abaeté. De acordo com Amado Cervo<sup>41</sup>, este deputado se opôs à política externa do gabinete regressista liderado por Bernardo Vasconcelos. Seu programa, desenvolvido

---

41 CERVO, 1981, p. 44.

na legislatura entre ano de 1838 e 1841, era de "energia e lealdade" e criticava o governo brasileiro por apoiar a deposição de Oribe no Uruguai, aliando-se a Fructuoso Rivera. Ao mesmo tempo, o Império mostrava fraqueza perante a França, que intervinha no Amapá, no México, no Uruguai e na Argentina. Como consequência, o país perdia prestígio:

O Brasil, a grande nação da América do Sul, perdeu a ocasião de conquistar a simpatia de toda a América, por falta de energia. O gabinete de 19 de setembro seguia, pois, uma política contrária à lealdade e à energia, "política deplorável porque ela nos deixou sem um único amigo e aliado na América".<sup>42</sup>

A falta de energia era ainda maior se comparada à reação de Buenos Aires, sob o governo de Rosas, "que opôs resistência a essa política do abuso da força".<sup>43</sup> A deslealdade, por sua vez, consistia no desrespeito ao tratado de 1828, pelo qual garantia-se a independência uruguaia.

De acordo com Amado Cervo, do Parlamento surgiram outras propostas além do projeto de "energia e lealdade" de Limpo de Abreu. Uma delas, a de Campo Mourão, era francamente isolacionista: defendia a redução do orçamento no Ministério dos Negócios Estrangeiros e a neutralidade tanto com a Europa quanto com a América. Andrada Machado, ao contrário, critica a passividade do governo, propondo o expansionismo brasileiro no Cone Sul e a resistência contra os europeus.

Outro parlamentar, Francisco Álvares Machado de Vasconcelos, critica o intervencionismo brasileiro no Uruguai, que apoiava Fructuoso Rivera e não o governo legal de Oribe. Segundo ele, isso criaria um precedente para que países intervissem nos conflitos internos brasileiros, especificamente no Rio Grande do Sul. Além disso, criaria problemas nas relações com o governo rosista de Buenos Aires (que apoiava Oribe):

---

42 CERVO, 1981, p. 44.

43 CERVO, 1981, p. 44.

(...) à imoralidade dos socorros, acrescenta-se o ataque indireto a Buenos Aires, que no momento atrai a simpatia das nações americanas, por se opor energicamente à França, enquanto o Brasil, que sofre a mesma agressão no Oiapoque, limita-se a usar o protocolo diplomático <sup>44</sup>

Amado Cervo também apresenta os contra-argumentos do gabinete regressista. Em 1839, Carneiro Leão – que uma década depois será protagonista na intervenção contra Rosas – tenta refutar a crítica dos parlamentares que se opõem à política exterior vigente, afirmando que o tratado de 1828 com o Uruguai não obriga o Brasil a "intervir em favor do governo legal" (no caso, o governo de Oribe)<sup>45</sup>, sendo mais conveniente a neutralidade entre as partes conflitantes.

Cervo nomeia "entre a passividade e a reação" a política exterior dos gabinetes liberais no período de 1843 e 1847. No que diz respeito ao Prata, o autor afirma que as relações estavam "em compasso de espera", enquanto europeus intervinham no Uruguai e Argentina não conclui um tratado definitivo que substituísse o de 1828. O Conselho de Estado, por meio de uma consulta de 1844, reforça o neutralismo:

Nas consultas de 1845, insiste-se sobre a política de neutralidade, na guerra de Oribe, aliado da Argentina, contra o governo de Montevideú, e sobre a necessidade do tratado definitivo de paz. (...) Em suma, o Conselho de Estado, enquanto apoiava uma certa passividade, deixava transparecer inquietação dos meios políticos brasileiros. Suas deliberações resumem-se em quatro pontos: o desejo de entendimento com a Argentina, a manutenção da neutralidade brasileira, o repúdio à intervenção anglo-francesa no Prata, a acusação à Argentina de Rosas. <sup>46</sup>

Cervo descreve também a polêmica em torno da Missão Abrantes, pela qual o Brasil supostamente reivindicaria intervenções europeias na região platina. O autor menciona que o gabinete negou esse viés intervencionista. É interessante citar a

---

44 CERVO, 1981, p. 47.

45 CERVO, 1981, p. 47.

46 CERVO, 1981, p. 52.

posição de Paulino, que seria o chanceler durante a Guerra contra Rosas: "[a Missão Abrantes] foi inútil. (...) França e Inglaterra interviriam no Prata quando exigissem seus interesses e nunca por outro fim, fosse mesmo a preservação da independência uruguaia."<sup>47</sup>

Esse trecho, citado por Cervo, permite que observemos que Paulino, já em 1844, julgava que o intervencionismo está vinculado à interesses nacionais e que as potências europeias jamais se intrometeriam nos assuntos platinos em favor de interesses brasileiros. Talvez já estivesse sendo formulada a doutrina que orientaria a conduta externa do Império no final da década de 1840.

A situação, afirma Amado Cervo, era de passividade frente a Europa e o Prata. No primeiro caso (relacionado ao Bill Aberdeen) por fraqueza e no segundo por neutralismo voluntário. Diante disso, o Parlamento define seu papel como grupo de pressão, robustecendo o poder de negociação da diplomacia do país. Também propugna o pacifismo e juridicismo, como contrapeso à força das potências. Cria-se o conceito de "neutralismo ativo", tendo as tarifas alfandegárias como instrumento para represálias comerciais.<sup>48</sup>

Com a transição da neutralidade passiva para ativa no Parlamento, surgem indisposições contra o governo rosista na Argentina.

Vendo as exigências azedas do diplomata argentino acreditado no Rio de Janeiro uma espécie de declaração de guerra e julgando que a Argentina de Rosas, após desvencilhar-se da França e da Inglaterra, pretenderá confederar-se com o Uruguai, o Paraguai e parte do Rio Grande do Sul, Manoel de Assis Mascarenhas cobra do governo uma mudança política: "E que medidas tem o governo tomado para evitar um mal que suponho iminente?... Vejo com pesar que o governo não se prepara."<sup>49</sup>

O Paraguai busca uma aliança com o Brasil que lhe garanta sua independência. O Conselho de Estado, em sua seção de Negócios Estrangeiros,

---

47 CERVO, 1981, p. 53

48 CERVO, 1981, p. 54

49 CERVO, 1981, p. 55

manifesta-se contrariamente a essa aliança "pela conveniência de manter a harmonia com Rosas e pela prevenção existente nas repúblicas contra intervenções da monarquia brasileira".<sup>50</sup>

O período de 1848 a 1852 é denominado por Amado Cervo como a passagem "da neutralidade à intervenção". Um dos fatores que contribuiriam, segundo o autor, para essa mudança foi a situação dos brasileiros residentes no Uruguai, molestados pelo governo Oribe, que proibiu o trânsito de gado para o Rio Grande do Sul, além de cometer outras violações contra suas propriedades.

De acordo com Cervo, o discurso Araújo Ribeiro (senador riograndense) em 1850 foi uma "guinada no pensamento parlamentar":

O senador afirma que "essa situação de violências e arbitrariedades impostas aos brasileiros residentes no Uruguai explica e legitima (...) a resistência pelas armas, em defesa de suas posses e de seus bens. Além do mais, como o Brasil não reconhece Oribe, mas o governo de Montevideú, não se trata de agressão contra outro Estado."<sup>51</sup>

Tais circunstâncias, então, teriam levado a um consenso que independia dos partidos, uma conciliação pela iminência da guerra. Paulino José Soares de Souza, no ministério de Negócios Estrangeiros, dá atenção às queixas e começa-se a abandonar a neutralidade.

Às questões envolvendo súditos brasileiros na Banda Oriental, soma-se o discurso humanitário. Cervo cita a fala de Holanda Cavalcanti de Albuquerque no Parlamento, segundo o qual o direito de intervir não se baseava em "mesquinhas conveniências", mas na felicidade das repúblicas platinas.

O Conselho de Estado também discute o problema da intervenção contra Rosas e dos preparativos de guerra:

---

50 Apud CERVO, 1981, p. 55

51 CERVO, 1981, p. 56

Manuel Felizardo de Sousa Melo, ministro da Guerra, expunha, com um fim determinado, a evolução das relações com a Argentina, desde 1843. O agravamento das mesmas, sobretudo após o reconhecimento da independência paraguaia, que desgostou a Rosas, é marcado pela contradição entre as intenções e esforços em favor da paz e do entendimento e a crescente hostilidade de Rosas, que sob inúmeros pretextos, faz prever a agressão. É imperioso preparar-se para repeli-la.<sup>52</sup>

Nota-se a preocupação do ministro da guerra em justificar o envolvimento brasileiro no conflito, fazendo alusão a uma "crescente hostilidade de Rosas" e atribuindo a ele a iniciativa da guerra a Rosas e colocando o Brasil em uma posição defensiva.

Esse esforço na tentativa de justificação da guerra se explica pela presença de forças no Parlamento que se opunham ao intervencionismo no Prata, em geral, e no conflito contra Rosas, especificamente. No *Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores*, de Amado Cervo, estão expostas tais divergências nas principais instâncias decisórias do país, o Legislativo e o Conselho de Estado.

Sobre esses opositores ao intervencionismo, Cervo observa que Paula Souza se "opõe por razões financeiras e políticas: é caro, desonroso, perigoso e motivo de escárnio das nações americanas, contra o Brasil."<sup>53</sup> Também afirma que:

o mais ferrenho opositor [da guerra contra Rosas] é Alvez Branco: lastima que se pense tanto em guerra, em vez da paz, mas se tiver que vir, muito mais lastimável seria ver o Brasil defendido por estrangeiros. (...) Dos dez conselheiros, cinco contra, cinco a favor. Toda deliberação fora inútil, ao menos para fins práticos.<sup>54</sup>

Apesar dessa oposição, prevalece a linha intervencionista. O fato que desencadeia essa transição é a nomeação de Caxias como presidente da província do

---

52 CERVO, 1981, p. 58

53 CERVO, 1981, p.59.

54 CERVO, 1981, p. 59.

Rio Grande de São Pedro, o que estimula a beligerância no Sul. Cerro observa, no entanto que, antes disso o "clima que se desenvolvem as ideias é propício ao abandono da neutralidade no Prata" <sup>55</sup> e que - em 1851 – a intervenção "recolheria o apoio do Parlamento, independente da filiação partidária." <sup>56</sup>

O discurso intervencionista baseava-se na propalada superioridade das instituições monárquicas contra a barbárie do caudilhismo. Propunha, então, uma espécie de guerra humanitária voltada contra a *tiranía de Rosas*, posicionamento que é defendido pelo senador Manoel de Assis Mascarenhas:

O que decide o apoio do senador à guerra (...) não é (...) o perigo ante a possível expansão da Argentina. É a causa humanitária. O "sossego", o "fim dos horrores" impostos por Rosas ao povo argentino, o "sofrimento" de platinos e riograndenses em consequência da "tiranía", da "anarquia", das lutas intestinas. Na guerra contra Rosas e Oribe está em jogo a própria humanidade: "Faço votos pelo triunfo da causa da humanidade." <sup>57</sup>

O parlamentar americanista Francisco Gê Acabaia de Montezuma contrapõe-se ao discurso intervencionista, mantendo a coerência de suas posições marcadas pelo pacifismo e legalismo. Ele propugna a não-intervenção ("não devemos embaraçar-nos com seus negócios internos, não devemos tomar parte neles" <sup>58</sup>), dizendo que anarquia e tirania não justificam a intromissão brasileira em assuntos platinos e ironizando as pretensões humanitárias de seus adversários políticos: "O Senado brasileiro não é nenhuma "sociedade humanitária" destinada a recolher fundos para minorar o sofrimento daquelas vítimas." <sup>59</sup>

Apesar desses esforços, o neutralismo de Montezuma fica isolado no Parlamento brasileiro, como observa Amado Cerro. Passam a predominar as teses intervencionistas, calcadas no humanitarismo de Manoel Mascarenhas e também na

---

55 CERVO, 1981, p. 59.

56 CERVO, 1981, p. 59.

57 CERVO, 1981, p. 61.

58 Apud CERVO, 1981, p. 60.

59 Apud CERVO, 1981, p. 60

doutrina da segurança e do interesse nacional, sustentada por Carneiro Leão. Para este último, um pacifismo intransigente seria contrário ao interesse nacional e resultaria no "(...) domínio de Oribe sobre o Estado Oriental e por consequência o domínio do ditador Rosas; significa assistir ao aniquilamento da nacionalidade paraguaia e adiar a guerra para o pior momento".<sup>60</sup>

Em 1851 o intervencionismo prevaleceu no Parlamento Brasileiro, baseado no discurso civilizatório (a superioridade das instituições monárquicas frente a suposta *barbárie caudilhesca* dos países platinos), humanitário (a opressão de Rosas e Oribe) e da segurança nacional. A derrota da corrente neutralista não foi unânime nem permanente, pois o debate iria se reestabelecer na década de 1850.

A obra de Amado Cervo, *Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores*, permite constatar que as duas principais instâncias decisórias – Parlamento e Conselho de Estado – não estiveram concordes no que tange à guerra com Rosas.

Por detrás da opção bélica, podemos entrever o dissenso expresso nos debates parlamentares. Um fenômeno análogo se dá na Imprensa: defrontaram-se os admiradores de Rosas, opositores da guerra que o veem como um *Grande Americano* e aqueles que desejam a queda do *Tirano do Prata*, considerando-o o maior inimigo do Império.

## 2.2 Rosistas no Brasil?

José Antonio Soares de Souza, no artigo intitulado *À margem de uma política (1850-1852)*, disserta sobre a influência de Rosas entre os brasileiros daquele tempo. Explora dimensões que estavam subjacentes ao conflito: opinião pública e espionagem. Observa que "capitalistas, poetas, jornalistas, comerciantes,

---

60 CERVO, 1981, p. 62.



pintores"<sup>61</sup>também estão envolvidos nas guerras, que as "forças subterrâneas" desempenham papel fundamental nos conflitos:

Muito antes de a guerra deflagrar, isto é, muito antes de os dois planos ostensivos, diplomático e guerreiro, virem à tona, já êste outro, o mais profundo, se movimenta, recruta seu pessoal, vigia os passos dos contrários, interferindo em suas ações, delimitando-as, não só pela espionagem, (...) **mas ainda pelos jornais, lançando-a confusão e insegurança**, e finalmente, tentando a sabotagem, a desmoralização e a discórdia. (...) [grifo meu]<sup>62</sup>

Ele enfatiza, portanto, o papel da imprensa no desenrolar da Guerra do Prata (1851-1852), postulando que ela também é uma dimensão do conflito. Para Soares de Souza, a guerra contra Rosas não se limitou "aos lances diplomáticos e guerreiros, foi muito além na propaganda desenfreada e na espionagem"<sup>63</sup>

Uma vez que o conflito não se restringiu aos campos de batalha, é importante investigar a presença de personalidades *rosistas* – ou seja, simpatizantes do governador buenairense – na sociedade brasileira. Nesse sentido, Soares de Souza afirma que Rosas recebeu um relevante apoio interno no Brasil, apoio este que incluía altas lideranças políticas e transcendia a lógica partidária vigente:

O General Rosas foi um dos políticos americanos que mais se projetaram além do círculo de sua influência. Nos anos de poder granjeou inúmeros inimigos, porém o número de amigos e admiradores, que conquistou, foi muito maior. No Brasil, graças à habilidade de D. Tomaz Guido, não era pequeno êste número. Simpatizantes de Rosas e amigos do General Guido, encontramos tanto conservadores, como Vasconcelos e Olinda, quanto contrários, como Aureliano e Saturnino.<sup>64</sup>

Um dos motivos dessa admiração dos brasileiros por Rosas está relacionado à sua resistência contra as intervenções europeias no continente

---

61 SOUZA, 1953, p. 3

62 SOUZA, 1953. p.3

63 SOUZA, 1953, p. 4.

64 SOUZA, 1953, p. 4.

americano. Soares de Souza ilustra esse fascínio pelo caudilho com episódio ocorrido na Corte: franceses se reúnem para celebrar um de seus almirantes em meio aos conflitos contra Rosas em 1840. A notícia se difundiu pelo Rio de Janeiro e o jornal *O Despertador* reagiu, convocando os brasileiros a "subscreverem determinada quantia para a compra de uma espada, que deve ser oferecida ao ilustre General Rosas, magnânimo e corajoso defensor da liberdade americana."<sup>65</sup>

Como se vê, a reação de Rosas ao intervencionismo francês influenciava a opinião pública nacional, que tomava partido no conflito em favor do americanismo. Esse seria o fator fundamental de tamanha admiração suscitada entre os brasileiros, conforme observa o historiador Soares de Souza:

Em determinado momento desfrutou o General Rosas de um incomparável prestígio entre os brasileiros, que viam no argentino, ao desemperrar a sua espada contra a França, o defensor da independência americana, contrapondo-se às agressões das potências europeias.<sup>66</sup>

Naquele período o Brasil se defrontava com a ocupação francesa no Oiapoque e as pressões britânicas contra o tráfico escravagista. É compreensível que isso tenha impactado no pensamento americanista e pode explicar parcialmente porque – nos dizeres de Soares de Souza – "o ditador argentino [Rosas] obteve, entre os fluminenses de então, o prestígio de um Grande Americano."

Mas nem todos os rosistas do país eram brasileiros. O ditador argentino também contava com outros adeptos: agentes diplomáticos estrangeiros. Tal era o caso, por exemplo, do representante de Portugal, um *trombeteiro de Rosas*:

O encarregado de negócios de Portugal, el señor Leite, foi repreendido pelo seu governo por ser trombeteiro de Rosas; e vai mandado para o Paraguai reconhecer a independência daquela república. Muito lhe valerão os serviços que tem feito a Rosas

---

65 SOUZA, 1953, p. 4

66 SOUZA, 1953, p. 4

para êste lhe dar agora livre passagem pelo Paraná e boas recomendações para seguir *a su nuevo destino*.<sup>67</sup>

Além do diplomata português, *partidário intransigente do Herói do Deserto*, nos dizeres de Soares de Souza, são citados como defensores de Rosas o ministro chileno e os ministros ingleses. Esses últimos – depois da paz entre a Confederação Argentina e a Inglaterra – se tornaram "tão rosistas como qualquer furioso federal".<sup>68</sup>

Soares de Souza observa que o representante argentino no Rio de Janeiro, Tomaz Guido, muito se valeu dos simpatizantes brasileiros para benefício de seu governo. Em uma de suas cartas, Guido conta que "com um fanatismo, sem dúvida imprudente, não cessei de pôr em movimento **ministros, senadores, conselheiros, pessoas do paço**, e quanto pude fazer à causa do meu govêrno [grifo meu]"<sup>69</sup>. A influência do rosismo, portanto, alcançava as mais altas esferas do poder público nacional.

O receio de Paulino contra os rosistas brasileiros era tão forte que, durante sua gestão, alterou radicalmente o funcionamento da chancelaria, "a ponto de transformar a própria casa em verdadeiro anexo da Secretaria de Estado, a fim de despistar a espionagem".<sup>70</sup>

A tese de que Rosas teve muitos simpatizantes no Brasil e influenciou decisivamente o cenário político do país é confirmada por José María Rosa, historiador argentino de meados do século XX, em sua monumental obra *La Caída de Rosas*. Assim como Soares de Souza, ele atribui o prestígio de Rosas às suas vitórias contra as intervenções francesas: "(...)el retiro de la intervención. Primera victoria internacional del que empezaba a ser chamado el *Gran Americano*".<sup>71</sup>

---

67 SOUZA, 1953, p. 5.

68 SOUZA, 1953, p. 5.

69 Apud SOUZA, 1953, p. 6

70 SOUZA, 1953, p. 6

71 ROSA, 2010, p. 58.

Em 1844, por exemplo, os defensores de Rosas no Brasil teceram abundantes críticas a Honório Hermeto Carneiro Leão e à Missão Abrantes.<sup>72</sup> Na Câmara, Aureliano lhes culpa por prejudicar as relações com a Argentina:

Hasta el gabinete del señor Honorio el gobierno del Brasil conservó una estricta neutralidad em los negocios del Río de la Plata... desgraciadamente, nuestros negocios fueron trastornados por el señor Carneiro Leão de um modo bastante difícil y embarazoso.<sup>73</sup>

Na mesma sessão parlamentar, Antônio Carlos Andrada reitera o "carácter enérgico y eminentemente americano del jefe de la nación argentina".<sup>74</sup> O deputado Ferraz, por sua vez, repreende o gabinete por ter recebido no Brasil um inimigo de Rosas, o unitário General Paz, julgando essa conduta como "una grande traición practicada por el Imperio contra la Confederación Argentina".<sup>75</sup>

Não há dúvidas, portanto, de que Rosas contava com muitos amigos em terras brasileiras. Tê-los-ia em maior número em 1845, de acordo com José María Rosa, graças a uma onda de entusiasmo americanista:

Brasil no ha quedado ajeno a la ola de entusiasmo americanista. Desde los primeros momentos de la intervención ha nacido en las calles y los cafés una entusiasmada opinión que llega a los salones, a los clubs políticos y al parlamento. La repulsa por Abrantes y, sobre todo, el bill Aberdeen contribuyen a sostenerla.<sup>76</sup>

O historiador argentino enumera uma série de jornais brasileiros que aderem à solidariedade continental contra as invasões europeias: *Sentinela da Monarchia*, *Correio Mercantil*, *Guaycuru*, *Grito do Amazonas*<sup>77</sup>, *O Publicador*. Além

72 A Missão Abrantes (1844) buscava o auxílio de potências europeias para intervir na região platina

73 Apud ROSA, 2010, p. 118.

74 Apud ROSA, 2010, p. 118

75 Apud ROSA, 2010, p. 118.

76 ROSA, 2010, p. 138.

77 Jornal que chegou a dizer, de acordo com José María Rosa, "Nos llamarán rosistas, somos americanos". ROSA, 2010, p. 139.

de – obviamente – *O Americano*, fundado e mantido pela legação argentina. De acordo com Rosa, "la prensa íntegra ha despertado al americanismo".<sup>78</sup> Até mesmo o jornal *O Brasil*, de Paulino (futuro artífice da intervenção contra Rosas), se opõe às intervenções do *canhão europeu*.

José María Rosa sintetiza em uma frase a adesão geral à causa americana em 1845, ano em que Confederação Argentina resistia, com sucesso, à intervenção conjunta de Inglaterra e França: "Todos, saquaremas e luzias, aristócratas y pueblo, son americanistas en 1845".<sup>79</sup> O entusiasmo americanista alcança também o Parlamento Brasileiro:

El prestigio del Restaurador va creciendo a cada desacierto de los interventores: su sombra gigantesca cubre el continente, dice Pedro Calmon. Limpo se confiesa americanista en la cámara; Antonio Carlos de Andrada hace el elogio de Rosas en 1845; Paulino (diputado de 1846) saluda desde la tribuna al grande hombre de América, y de espaldas a su reciente política em el ministerio de Extranjeros, clama contra los liberales que mandaron a Abrantes a Europa; Ferraz defiende la actitud argentina y ataca a Abrantes y a Ferreira França.<sup>80</sup>

Saturnino de Souza e Oliveira Coutinho, ministro de Negócios Estrangeiros em 1847, é chamado de "el hombre de Rosas". Na guerra civil uruguaia, *Guerra Grande*, ele cogita abandonar o apoio brasileiro a Montevideu e reconhecer o governo de Oribe, aliado de Rosas. Ignora o representante paraguaio e ordena o internamento dos exilados unitários no Rio Grande do Sul. Adota uma postura ativa – típica do rosismo – frente às ingerências inglesas: "admira a Rosas por su americanismo, que quisiera aplicar en Brasil a las relaciones con Inglaterra"<sup>81</sup>

Rosas aplaude a mudança na diplomacia brasileira, que com Saturnino se afastava do erro de seus predecessores que teriam se esquecido de que "el Brasil es

---

78 ROSA, 2010, p. 138.

79 ROSA, 2010, p. 138

80 ROSA, 2010, p. 139

81 ROSA, 2010, p. 144.

americano y que como tal tiene obligaciones naturales".<sup>82</sup>O governante argentino elogia Saturnino, distinguindo o novo chanceler dos que lhe antecederam e apresentavam "conducta tortuosa y ambigua" e "vebosidad incoherente". Suas esperanças são de uma mudança saudável na política do Estado brasileiro.<sup>83</sup>

Mas Saturnino não permaneceria no gabinete muito tempo. Sua renúncia se dá no ano seguinte, 1848, ante às pressões inglesas do Bill Aberdeen. Sua resistência inicial foi tenaz, chegando a ameaçar o representante da Inglaterra, Howden, com uma resposta militar a qualquer intervenção, inclusive nos navios negreiros.<sup>84</sup>De acordo com José María Rosa, os ingleses teriam encontrado em Saturnino *un otro Rosas*, que ousava tratar "al representante de la poderosa Inglaterra como si fuera un igual suyo".<sup>85</sup>O imperador, no entanto, não respalda tal conduta e o resultado é a renúncia de Saturnino e dos ministros da Guerra e da Marinha, que com ele se solidarizam, não tolerando a humilhação imposta pelos ingleses.

Á mudança ministerial se agregou um processo histórico mais amplo: a expansão da popularidade do americanismo rosista entre as classes baixas no Brasil, que teria gerado – de acordo com o historiador argentino - prevenções na elite governante. Mesmo Bernardo de Vasconcellos, notório admirador de Rosas, já suspeitava do "eco popularesco despertado por su nombre en las calles y senzalas brasileñas".<sup>86</sup>A queda da monarquia francesa e a Revolução Praieira acirrariam os ânimos dos brasileiros

Portanto, a tese de José María Rosa é de que a percepção brasileira sobre Rosas sofreu uma transição em 1848. Até então, era majoritariamente positiva: a reação às agressões europeias colocavam Rosas na posição de um herói da causa americana, e nisso concordariam conservadores e liberais. Porém, a suposta influência rosista nas classes subalternas teria provocado uma mudança na maneira

---

82 Apud ROSA, 2010, p. 145

83 Apud ROSA, 2010, p. 145

84 ROSA, 2010.

85 ROSA, 2010, p. 151.

86 ROSA, 2010, p. 139

com as elites viam o líder argentino, revertendo a imagem positiva que outrora vigorava.

Pandiá Calógeras já descrevia, na sua *Política Exterior do Império* (obra publicada em 1933), e existência de rosistas no Brasil e a influência do governador argentino na opinião pública nacional:

(...) a admiração pelo chefe de Estado ultrapassava, e muito, os limites de sua terra. (...) No Brasil, a opinião pública, do governo e do povo, lhe era francamente favorável. Nem só no mundo oficial, dominava a solidariedade instintiva entre todos os poderes legítimos, como, de modo profundo, se sentia que os dois países tinham idênticos interesses comuns, ameaçados pela existência e pelas intrigas de um inimigo de ambos, Rivera.<sup>87</sup>

Ele confirma, portanto, a transcendência territorial da popularidade rosista e sua abrangência, visto que as simpatias por Rosas não se restringiam ao âmbito governamental. Calógeras também expressa a inclinação da opinião pública brasileira por Rosas no conflito que este, junto a Oribe, travava contra o uruguaio Fructuoso Rivera. De fato, uma aliança militar com Rosas era cogitada em 1843:

(...)o pensamento preponderante, em Caxias, notadamente, de aproveitar a convergência temporária dos interesses platino-brasileiros, no sentido de basear em Rosas e em seu auxiliar Oribe uma política e uma diretoria militar, destinadas a combaterem o adversário comum, oriental, na delicada e longa contenda com os rio-grandenses sublevados.<sup>88</sup>

A apelo do americanismo de Rosas também é mencionado por Pandiá Calógeras. De acordo com este vetusto historiador, nas guerras contra as potências europeias "A these que Rosas defendia era a do próprio continente sulino".<sup>89</sup> O autor ainda essa interpretação, exaltando Rosas, no qual via um defensor da independência dos países americanos:

87 CALÓGERAS, 1989, p. 243

88 CALÓGERAS, 1989, p. 244

89 CALÓGERAS, 1989, p. 464

De facto, Rozas defendia, nessas discussões, a honra e a independência de todas as nações do continente americano. E á medida que o tempo corria, com maior pressão se faziam sentir a nobreza e a justeza dessa attitude. Era a recolonização que elle combatia.<sup>90</sup>

Calógeras também pontua que a imprensa da Europa e da América tratavam as invasões francesas no Prata como uma tentativa de recolonização. O ímpeto do anti-imperialismo rosista recebia apoios no continente, também no Brasil, onde "O deputado Montezuma (...) echoava os mesmos louvores; Rozas representava a defesa propria do continente contra os francezes aggressores."<sup>91</sup> ”

Pandiá Calógeras desafia a historiografia tradicional do século XIX, que adotava a versão mitrista dos processos históricos platinos e atribuía a Rosas e sua Mazorca inúmeras atrocidades. Para o historiador brasileiro, tratavam-se acusações inverídicas e exageradas:

(...) foi a época quando se desenvolveram as accusações, desmentidas embora depois, contra a Mashorca, a quem se attribuiam horrores e exaggeros de crueldade, a que serviam de base alguns factos criminosos, mas não com a intensidade e a frequencia que os accusadores divulgavam.<sup>92</sup>

Considerava o *prestígio pessoal de Rozas*<sup>93</sup> como uma das forças da Confederação Argentina. E tal prestígio se difundia mormente pela imprensa, que transcendendo as fronteiras platinas, enaltecia Rosas, comparando-o aos heróis das independências americanas:

(...) toda a imprensa da America do Sul e do Norte apontava em artigos retumbantes ao general Rozas como o defensor da independencia continental, continuando as tradições dos grandes combatentes dos primordios da formação das republicas do continente.<sup>94</sup>

---

90 CALÓGERAS, 1989, p. 244

91 CALÓGERAS, 1989, p. 474

92 CALÓGERAS, 1989, p. 506

93 CALÒGERAS, 1989, p. 526

94 CALÒGERAS, 1989, p. 526



Um fato marcante, A Batalha de *Vuelta Obligado* (1845), elevaria ainda mais a imagem do governante argentino. Nessa luta, Rosas resistiu à invasão conjunta de Inglaterra e França no Rio Paraná, incrementando sua reputação de protetor da soberania americana contra as ingerências externas. Calógeras indica que esse acontecimento levou a imprensa internacional a *endeusar* Rosas, colocando em descrédito os exilados argentinos (unitários e federais dissidentes), que pretendiam difamá-lo:

Como sempre, a imprensa de todos os países endeusava a Rosas, apontando-o, depois da luta de Obligado, como o defensor das liberdades dos países americanos. Iam-se assim desmoronando os processos e as intrigas dos emigrados argentinos em Montevideo, enquanto Rosas ascendia às alturas de grande homem da America do Sul.<sup>95</sup>

Como se pode notar, historiadores de várias gerações estão de acordo quanto à existência de uma simpatia brasileira por Rosas. Tais rosistas brasileiros compunham parte significativa da opinião pública do país, estando representados nos gabinetes imperiais, no Parlamento e na imprensa. A historiografia coincide em apontar a resistência do caudilho platino às intervenções europeias como principal fator responsável por seu prestígio. As fontes da imprensa podem contribuir para a análise dessa percepção brasileira sobre Rosas.

### **2.3 Discurso civilizatório e a guerra contra Rosas**

O discurso civilizatório, baseado na aversão ao caudilhismo e na crença na superioridade das instituições monárquicas, foi um dos componentes ideológicos da intervenção contra Rosas. Além disso, estava na essência da identidade do Império Brasileiro, como observa Luís Cláudio Villafañe Santos:

---

95 CALÓGERAS, 1989, p. 536

O Império via-se **civilizado e europeu**, e assim de uma natureza distinta daquela de seus **anárquicos vizinhos**. Integrar-se a eles seria pôr em risco a própria essência de sua identidade. [grifo meu]<sup>96</sup>

Os *anárquicos vizinhos* serviam como um contraexemplo, representando tudo aquilo que o Império desejava evitar: fragmentação, republicanismo, despotismo local. Rosas, como maior dos caudilhos, surgiria como o inimigo natural para os adeptos de tal discurso civilizatório.

Ora, um forte adepto desse discurso foi o Visconde do Uruguai, Paulino José Soares de Souza, Ministro de Negócios Estrangeiros nos períodos 1843-1844 e 1849-1853, principal artífice da intervenção brasileira contra Rosas. Suas concepções políticas – que acabariam por prevalecer no país – eram de um Estado centralizado, capaz de conter as duas barbáries: a das rebeliões provinciais e a das repúblicas vizinhas.

Tratava-se de um político conservador, autor de obras de Direito Administrativo, que desconfiava claramente dos ideais federalistas. Acreditava que o poder local era fonte de anarquia: "À relativa civilização do litoral, Paulino opunha a barbárie do sertão, com sua população dispersa, onde a lei não penetrava"<sup>97</sup>. A solução interna, então, seria a criação de instituições sólidas e de um Estado centralizado.

No âmbito internacional, cabia lidar com a outra barbárie: o caudilhismo. Paulino revela seu pensamento anti-hispânico – e por conseguinte, antirrosista – nas suas instruções a Pimenta Bueno, citadas por Gabriela Nunes Ferreira (no capítulo sobre o Visconde do Uruguai da obra *Pensamento Diplomático Brasileiro*):

Esta aversão tem sido alimentada pelo ciúme que lhes inspira a grandeza do nosso território, a excelência da nossa posição geográfica, **a maior consideração que nos dá a Europa**, a nossa maior riqueza, e abundância de recursos, **a maior prosperidade**

---

96 SANTOS, 2004, p. 28.

97 FERREIRA, 2013, p. 137.

**e tranquilidade de que temos gozado, comparada com o redemoinho de revoluções em que têm vivido quase todas as Repúblicas de origem espanhola. [grifo meu]**<sup>98</sup>

Portanto, se os simpatizantes de Rosas propagavam a imagem de um herói americanista - defensor da soberania continental contra o intervencionismo europeu – seus adversários acreditavam na superioridade das instituições monárquicas, que aproximavam o país da "civilização europeia". Rosas, em contraponto, representaria a barbárie caudilhesca, cuja expressão máxima estaria nas perseguições políticas praticadas pela Mazorca, sua força parapolicial de seguidores. De fato, o visconde do Rio Branco justifica a intervenção contra Rosas definindo seu governo como um "banho de sangue e horrores" e comparando-o, com uma referência bíblica, ao sanguinolento rei assírio, Holofernes:

O drama que há mais de um decênio se representa sôbre as margens do Prata, **drama de sangue e de horrores**, tudo pressagia que está próximo de sua peripécia. Parece que a justiça divina julgou chegada a hora de retribuir com a recompensa que lhe é devida pela **degolação de tantas vítimas inocentes e ilustres, essa fera com figura humana, chamada D. João Manoel de Rosas, o Holofernes de Buenos Aires. [grifo meu]**<sup>99</sup>

Esse tipo de discurso civilizatório teve grande aceitação no período da Guerra do Prata (Intervenção contra Oribe e Rosas). No entanto, não se pode generalizar a tal ponto de que essa sempre tenha sido a identidade do Império: houve uma disputa contra o americanismo, e nessa disputa o discurso civilizatório sagrou-se vencedor. A criação da imagem negativa de Rosas desempenhou um papel importante na consolidação da ideia de Brasil civilizado cercado de repúblicas anárquicas.

E é possível matizar ainda mais a hegemonia da ideia de civilização superior, visto que o americanismo voltará disputar o espaço público no final do século XIX.

---

98 Apud FERREIRA, 2013, p. 137.

99 Apud BARRIO, 2011, p. 82.

## CAPÍTULO 3 - Rosas na imprensa brasileira: período inicial

### 3.1 Introdução

A imprensa brasileira, surgida com o pioneirismo dúplice do *Correio Braziliense* e o *Diário do Rio de Janeiro* em 1808, já se encontrava bastante difundida pelo território nacional na “época de Rosas” (1829-1852). Era caracterizada pela brevidade dos periódicos, tanto na extensão de páginas quanto na própria duração dos órgãos de imprensa, que criavam-se e extinguíam-se<sup>100</sup> com grande facilidade. A pluralidade de ideias e o personalismo também eram atributos da imprensa oitocentista, cujos redatores engajavam-se diretamente nos acontecimentos, empregando linguagem forte e manifestando desabridamente suas paixões políticas. A liberdade de imprensa também é um elemento marcante, visto que os jornais republicanos publicavam-se e distribuía-se com normalidade: até a legação argentina mantinha, sem qualquer empecilho, o seu jornal francamente rosista (*O Americano*).

Na escassa extensão desses jornais, a política externa tem especial relevo, ocupando por vezes a primeira página, o que evidencia a importância dada esse tema nos jornais brasileiros oitocentistas. Nesse sentido, na passagem do *Idade de Ouro do Brasil* (jornal baiano do início do século XIX) é emblemática, pois lamenta que o fim das Guerras Napoleônicas, em 1815, afastaria os leitores do jornal:

Todas as gazetas do mundo são esteréis quando não há **guerras ou grandes fermentações** [grifo meu] políticas e, nesse caso, deve o redator enfeitar a gazeta à maneira de jornal sob pena de não ser lido, à exceção de algum caso que toca o interesse público, o que raras vezes acontece.<sup>101</sup>

---

100Duas notórias exceções foram o *Jornal do Commercio* e o *Diário de Pernambuco*, ambos bastante longevos.

101Apud Silva, 2007, p. 156

As ações de Juan Manuel de Rosas, como governador de Buenos Aires e condutor da política externa da Confederação Argentina, envolveram tanto guerras quanto *fermentações políticas*, talvez por isso serão copiosamente noticiadas nos periódicos brasileiros daqueles tempos.

Nos jornais O Repúblico e O Brasil encontra-se o clímax das disputas sobre a imagem de Rosas no Brasil, o que os torna fontes preferenciais para este trabalho. Enquanto O Brasil prezava pela solidez das instituições monárquicas e tinha vínculo direto com membros do Partido Conservador, O Repúblico, pelo ideal que representava, esteve sempre na oposição.

Mas os jornais não apenas apresentam visões antagônicas sobre Rosas, também se criticam mutuamente a esse respeito. É o caso do efêmero periódico liberal *O Maiorista* – cujo nome expressava seu engajamento na antecipação a maioria do imperador – que repreende o *Jornal do Commercio* por publicar cartas contra Rosas, “chefe de um governo amigo e aliado do Brasil”. Afirmam que essa “grave ofensa” gerará embaraços para o Império:

Parece, que o Sr. Aurelianno, exigio, que o Jornal descontinuasse na inserção d'estas cartas contra o chefe de hum governo amigo e aliado do Brasil. Mas a folha official, appoiada por outros membros hostis a Rosas, resiste por insinuação d'elles à exigencia do ministro de estrangeiros, e prosegue na publicação de cartas, que devem trazer ao imperio novos abraços, não podendo o governador de Buenos-Ayres deixar de vêr huma offensa grave nessa publicação em huma folha, em que se estampão as peças officiaes do governo.<sup>102</sup>

Esse trecho demonstra que as discordâncias entre os brasileiros sobre a política rosista permeavam a sociedade, incluindo os gabinetes ministeriais. Neste caso, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, Ministro de Negócios Estrangeiros em 1841 é considerado pró-Rosas, enquanto outros membros do gabinete se lhe opõem nesse aspecto.

---

102O Maiorista, 18/12/1841. Pretensões de Independência do Jornal do Commercio.  
<http://memoria.bn.br/DocReader/759112/319>

### 3.2 Rosas, Dorrego e Lavalle: as guerras civis da década de 20

A ascensão de Rosas ao poder está vinculada ao assassinato de Dorrego, governador federalista, cometido pelo unitário Lavalle. Tal acontecimento é noticiado no *Diário de Pernambuco*, que nesta edição apresenta Rosas com um viés positivo:

As forças do Governador Dorrego se dispersao, e hum pequeno numero o segue ajudado pelo benemerito Coronel de Milicias D. Manoel Rosas, que por segunda vez, e de hum modo identico a primeira, tem necessidade de sustentar a autoridade legal do paiz, como fez em Outubro de 1820.<sup>103</sup>

Rosas surge desse trecho de jornal como um líder legalista e preocupado com a manutenção da ordem. Como alguém compelido pelas circunstâncias a assumir uma posição de relevo. Não há traço de crítica a ele nessa edição do *Diário de Pernambuco*, muito diferente do que ocorrerá nas décadas seguintes.

O *Jornal do Comércio*, por sua vez, narra fatos da guerra civil argentina sem que se possa identificar a preferência do periódico por alguma facção contendora:

A vista da animosidade dos partidos a guerra civil parece inevitavel. Os commissarios tinham sido mandados para dissolver pacificamente os ajuntamentos do Sul não tem sido admittidos pelos Chefes destes ajuntamentos que obedecem a Rosas. Dorrego foi assassinado mais Rosas existe. Santa Fé pegou em armas (...) <sup>104</sup>

A sucessão dentro do federalismo portenho, decorrente da morte de Dorrego, é enunciada pelo jornal com clarividência: “Dorrego foi assassinado, mas Rosas existe”.

---

103Diário de Pernambuco, 02/04/1829. [http://memoria.bn.br/DocReader/029033\\_01/836](http://memoria.bn.br/DocReader/029033_01/836)

104Jornal do Commercio, 06/02/1829. [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_01/1587](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_01/1587)

### 3.3 O primeiro governo Rosas (1829-1832)

A ascensão de Rosas ao poder, impulsionada pelo assassinato de Manuel Dorrego pelos unitários, é vista com bons olhos pela opinião pública republicana. O jornal *O Republico* se rejubila pelos triunfos de Rosas do ano de 1831: a formação do Pacto Federal e os sucessos contra a Liga do Interior:

As noticias que agora recebidas de Buenos Aires são as mais satisfatorias; o exercito federal vai levando por entre os desolados Estados a paz e a liberdade. O Jeneral Rosas intimo Amigo do infeliz Dorrego vai de uma vez immortalizar-se nos factos da America.<sup>105</sup>

Note-se um elemento que será comum em toda a imprensa rosista, que é a defesa do americanismo. Outra característica é a imbricação entre política externa e interna, como fica evidenciado no jornal republicano, que no mesmo texto também comenta a renúncia de Dom Pedro I (“caiu por terra o traidor brigantino” e “caíram por terra os infernais agentes da Santa Aliança”) e a associa às vitórias de Rosas, afirmando que “uma nova era de couzas na America”, e que as nações americanas poderão “formar uma só família ligada pelos vínculos federais”.

No *Aurora Fluminense*, a assunção de “Poderes Extraordinários” por Rosas aparece em uma perspectiva favorável, como uma medida necessária para salvar um país afetado pela guerra civil entre unitários e federalistas. Nenhum viés negativo pode ser observado nessa publicação de 1832:

Há poucos dias que publicámos a Mensagem do Presidente da Republica Argentina Rosas, à Salla dos Representantes, e por ella, além do conhecimento cabal que temos das desgraças e estragos que soffreo aquelle Estado com huma guerra civil prolongada entre Unitarios e Federalistas, alli se vê que ainda aquelle Presidente não julgava próprio o tempo de demittir-se dos Poderes Extraordinarios, que lhe foram conferidos, medida que salvou o Paiz da imminente ruina, que o meaçava.<sup>106</sup>

---

105O Republico, 25/06/1831, <http://memoria.bn.br/DocReader/332704/378>

106Aurora Fluminense, 06/07/1832. Exterior. <http://memoria.bn.br/DocReader/706795/2846>

### 3.4 Rosas na Campanha do Deserto

O *Jornal do Commercio* exalta a indicação de Rosas para o cargo de Comandante Geral das Campanhas, tendo como referência o argentino *Diario de la Tarde*, além de documentos oficiais. Afirma o jornal fluminense que “em quanto ao commando das forças destinadas contra os selvagens, não podemos menos applaudir a prudencia, e sagacidade do Governo, que encarregou ao mesmo General a direcção de huma empreza, a qual chegando a ter o bom exito que (...) se espera, trará à Provincia os resultados mais benéficos, não sendo o menor destes, a aegurança das propriedades ruraes, tão frequentemente assoaladas pelos Indios.”<sup>107</sup>

Já em 1835, O *Jornal do Commercio* republica e traduz notícia da *Gaceta Mercantil* argentina, mais uma vez celebrando as vitórias de Rosas nas guerras contra povos aborígenes da América. Diz-se que “A Campanha do General Rosas não tem sido uma mera pompa militar(...). Immensos beneficios farão o resultado dessa eminente empreza: a segurança de nossas fronteiras(...), o augmento dos limites do territorio da Republica; (...)”. O texto manifesta, ainda, júbilo pelo resgate de cristãos, que estariam em poder dos indígenas derrotados na Campanha do Deserto.<sup>108</sup>

### 3.5 Antes de 1835

O *Noticiador*, jornal gaúcho, transcreve notícia do *Jornal do Commercio*, criticando veementemente a situação política na Argentina:

As noticias que recebemos de Buenos Ayres pelo Paquete Inglez Cockatrice são pouco satisfactorias. Depois da quarta denuncia do General Juan Manoel Rosas, foi offerecida a autoriadade

---

107 *Jornal do Commercio*, volume I, nº 86, 12/04/1833. Exterior.

[http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_02/3989](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_02/3989)

108 *Jornal do Commercio*, anno 4, nº 81, 13/04/1835. Exterior.

[http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_02/6439](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_02/6439)



suprema ao Dr. D. T. Manoel de Anchorena, que a recusou: esta renuncia não foi admettida pela Sala dos Representantes; porem o Sr. Dr. Anchorena em 17 de Agosto a repetio: sendo então julgada objecto de deliberação particular, foi remetida à Comissão de Constituição. **Neste estado de indecisão e perplexidade, entre anarchia que ameaça e o despotismo militar que se lhe offerece como único refugio, he difficil que a Republica Argentina possa fixar em base solida o seu fluctuante credito e fugitiva prosperidad: desgraçado paiz onde o patriotismo he mudo, a ambição morta, e o supremo Poder inglorioso e inerme, objecto de aversão e desprezo!** [grifo meu]<sup>109</sup>

Seu prognóstico quanto à ascensão de Rosas, em 1834, é bastante negativo: caso ele aceite o cargo de governador, estaria configurado o que o jornal chama de “despotismo militar”, se o impasse permanecesse, o país estaria envolto em “anarquia e indecisão”.

Em todos os casos, a instabilidade política é associada à problemas econômicos. Faltariam à Argentina, de acordo com o jornal, as bases políticas para garantir o crédito público e a prosperidade duradoura. É importante ressaltar que a matéria fora publicada originalmente no *Jornal do Commercio*, instituição que se dedicava - inicialmente – apenas a assuntos econômicos. A preocupação com essa temática e o interesse em vincular a prosperidade com a estabilidade não são, portanto, fortuitos.

### 3.6 A Soma dos Poderes Públicos

Em 1935, o *Correio Oficial* noticia a concessão, por parte do Legislativo portenho, de poderes públicos totais a Juan Manuel de Rosas, publicando diretamente a tradução dos documentos oficiais daquela província: “que se incumba o emprego de Governador della [da província de Buenos Aires] ao Sr. Brigadeiro General D. Juan

---

109O Noticiador, nº 274, 06/10/1834 <http://memoria.bn.br/DocReader/230270/263>

Manuel de Rosas, depositando nelle **todo e qualquer poder publico** [grifo meu] pelo tempo que necessario for à salvação da Provincia.”<sup>110</sup>

A minuta dos Representantes da província de Buenos deixa bem claro o motivo da outorga de poderes extraordinários a Rosas: a morte do caudilho riojano, Facundo Quiroga, que evidenciava a premência dos conflitos intestinos na região platina:

Desde que o atroz attentado commetido na pessoa do illustre Brigadeiro General D Joan Facundo Quiroga, e precedido de outros não menos ferozes, que tiverão lugar na Provincia de Salta, he no juizo dos H. Representantes o mais irrefragável testemunho do acerto com que em meio do anoo passado se anunnçarão à mesma H. Sala os perigos imminentes que ameaçavão o paiz, pela divisão de opiniões, pelo choque de interesses e pretenções particulares, que soube fomentar a immoralidade de nossos inimigos internos, e pelo poderoso influxo que estes consiquirão entre nós, enfraquecendo totalmente o vigor das Leis, destruindo todos os principios activos do Governo. (...) se faz mister sacrificar [sacrificar a limitação de poderes?] ao grande fim de salvar a existência do paiz.<sup>111</sup>

A mera tradução e veiculação dos documentos denotam que a posição oficial da Regência brasileira não era antagônica, naquele momento, a Rosas. A ausência de juízo de valor evidente não pode ser justificada apenas pelo caráter oficial do periódico, uma vez que ele se envolvia em polêmicas públicas. Uma delas é a da Constituição Civil do Clero, sobre a qual o jornal inclui um libelo, enjangando-se na questão de forma contrária à intervenção das Assembleias em assuntos religiosos. A única conclusão plausível, portanto, é que em 1835 não repugnava ao governo brasileiro que Rosas recebesse poderes ditatoriais em sua província.

A posteriori, no entanto, surgem as críticas. Em 1839, o *Jornal do Commercio*, de linha editorial conservadora, observa que a concessão de faculdades extraordinárias violaria as leis de Buenos Aires:

---

110 Correio Official. Tomo IV, nº 89. 23/04/1845 <http://memoria.bn.br/DocReader/749443/2151>

111 Correio Official. Tomo IV, nº 89. 23/04/1845 <http://memoria.bn.br/DocReader/749443/2151>

(...) no anno de 1835 [o deputado Agostinho Garrigos] pedio as facultades extraordinarias para seu **amo** [Rosas], e anomeação para governador pelo prazo de cinco annos, contra o disposto na lei patria, que marca o termo de tres annos. [grifo meu]<sup>112</sup>

Exibe, assim, uma tutela peculiar sobre a estabilidade jurídica de outro país, apesar de o próprio Brasil da década de 1830 estivesse imerso em uma série de rupturas institucionais. O governador é tratado como *amo* – o que pressupõe dizer que os buenaienses eram súditos e não concidadãos de uma mesma República – constituindo uma estratégia de construção da imagem despótica de Rosas.

Em 7 de março concluirão os 3 annos da dictadura de Rosas. Trata-se agora da reeleição; mas tudo isto não passa de puras formalidades para hum homem que assentou em ser por toda vida arbitro da sua patria. E nem com isso se contenta o tyranno: quer ainda que esta formalidade seja acompanhada da humilhação a mais apparatusa.<sup>113</sup>

### 3.7 As guerras civis na Argentina

O *Jornal do Commercio* publica na mesma edição de 1839 as versões das duas partes contendoras, os federalistas de Rosas e os unitários de Lavalle. A carta dos federais enuncia “Federação, Patriotismo, Lealdade ou Morte”, dizeres que eram comumente utilizados por esse agrupamento político.

A carta unitária, por sua vez, é firmada pelo próprio general Lavalle. Ela acusa o “tyranno de Buenos-Ayres” – Rosas – de ultrajar os direitos das províncias e o culpa até mesmo pelo bloqueio naval efetuado pelos franceses. Refere-se ao governo rosista como uma “escravidão humilhante e espantosa” e ao próprio

---

112Jornal do Commercio, 25/07/1839. Anno XIV, n. 165.

[http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_02/11501](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_02/11501)

113 Jornal do Commercio, 25/07/1839. Anno XIV, n. 165.

[http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_02/11501](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_02/11501)

governador é atribuído o epíteto de “déspota selvagem, inimigo de todo princípio, de toda a liberdade”.<sup>114</sup>

O *Aurora Fluminense* retira das guerras civis na Argentina um loquaz argumento em prol da monarquia.

Os Brasileiros amam a monarchia, porque presenceam desde 20 annos à sua porta as consequencias do systema contrario, e da divisão das provincias. Elles tem visto nos Estados Argentinos as constituições succederem umas a outras: os governos levantados e derribados pelo punhal das facções, ora em nome da unidade, ora da Federação; o povo opprimido alternativamente pelas facções triumphantes; tem visto a constituição unitaria de Ribadavia supplantada pelas cohortes defederalistas de Dorrego. Este pela sua vez vencido e cobardemente assassinado pelos unitarios<sup>115</sup>

Note-se que não há uma crítica especialmente dirigida a Rosas, mas à instabilidade e ao facciosismo que atribui ao regime republicano. Ao contrário de outros periódicos monarquistas, não aborda favoravelmente o unitarismo argentino, descrevendo como covarde o assassinato de Dorrego, por eles perpetrado.

O jornal tampouco propõe um intervencionismo brasileiro na região platina ou a criação de novas monarquias na América. “Deixe-se a America Meridional seguir as voltas sanguinolentas, que lhe traça o dedo da Providencia; occupemo-nos de nós mesmos, de nossa segurança, e dignidade de povo independente”<sup>116</sup> A política externa propugnada pela linha editorial do *Aurora Fluminense* é moderada: se não simpatiza com os regimes republicanos da região, também não visa intervir para modificá-los. Para ele, os esforços do país deveriam ser dirigidos para a proteção da soberania brasileira contra as agressões da França, tópico abordado no item seguinte.

### 3.8 Rosas e as intervenções europeias

---

114 Jornal do Commercio, anno XIV, nº 272, 12/11/1839. Exterior.

[http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_02/11933](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_02/11933)

115 *Aurora Fluminense*, 23/11/1838. <http://memoria.bn.br/DocReader/706795/5290>

116 *Aurora Fluminense*, 23/11/1838. <http://memoria.bn.br/DocReader/706795/5290>

O *Jornal do Commercio*, fazendo jus a seu nome, enumera minuciosamente os dados relativos às transações comerciais do porto de Buenos Aires, que seriam interrompidas pelo bloqueio francês. Nos meses anteriores ao bloqueio, teriam ingresso naquele porto, de acordo com o jornal, 304 embarcações e o valor das atividades comerciais era de 6 milhões de pesos correntes.<sup>117</sup>

Para se compreender as relações entre o Brasil e Rosas é indispensável analisar os textos a cargo do liberal Francisco Sales Torres Homem. No seu *Despertador Commercial e Politico*, publicado entre 1838 e 1841, abundam os ditos rosistas de “Viva a Federação!”. Torres Homem foi, inclusive, enviado como representante brasileiro junto à Confederação Argentina, fato criticado pelos antirrosistas do conservador jornal *O Brasil*:

(...) dizem que o Sr. Sales acaba de ser nomeado ministro para... Não suponha o leitor que estamos brincando: não é para Londres, não, Sr, nem mesmo para Paris... é para Buenos-Ayres, junta à corte de Rosas! É descer de suas tão altas pretensões (...) agora contenta-se com ir a Buenos-Ayres! É muito descer; mas em fim quanto não poderá S. S aproveitar n'essa missão! Ao menos poderá pôr a gloria de dar algumas licções de economia a Rosas – e estudar a fundo a organização da mashorca, para informar a respeito d'ella a seus protectores.

No auge das intervenções europeias contra Rosas, comparam depreciativamente Buenos Aires a Londres e Paris, o que demonstra quais eram as simpatias do jornal em matéria de política exterior. Ademais, sugerem ironicamente ao jornalista do *Despertador* aprender técnicas da mazorca rosista, uma força parapolicial usada para repressão política.

No *Aurora Fluminense* compara-se a impotência do Império perante as agressões francesas, principalmente a ocupação do Oiapoque, com a resistência rosista às intervenções europeias.

Esta cobardia tão humilhante para os Brasileiros, em presença da repulsa, que sofrem da parte da França nossas justas reclamações,

---

117 *Jornal do Commercio*, anno XIV, nº 272, 12/11/1839. Exterior.  
[http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_02/11933](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_02/11933)

é tanto mais de lastimar, quanto não estamos na condição da republica de Rosas. Lancem-se as vistas por todo o Brasil; olhe-se a sua posição, os seus recursos, o seu commercio, o que razoavelmente elle promette; e diga-se si stamos na condição obscura de Buenos-Ayres; si o segundo Estado da America em força e prosperidade deve resignar-se a vêr impunemente presadas justiça das suas reclamações em uma violação tão grave de territorio. <sup>118</sup>

É possível constatar a indignação dos redatores do *Aurora*, que consideram seu país o “segundo Estado da América”, com a passividade dos governantes frente à ocupação francesa do atual Amapá. A indignação é ainda mais intensa por ter a “obscura Buenos Aires” reagido com sucesso às intervenções francesas, coisa que o Império mostrava-se incapaz de fazer.

### 3.9 Rosas e a maioria de Pedro II

A troca de cartas entre Rosas e Pedro II (divulgadas no *Despertador*), por ocasião da antecipação da maioria do monarca brasileiro, também é elucidativa do bom estado de relações entre os dois governos. Se, de fato, missivas entre governantes possam ser interpretadas como simples solenidade, cabe ressaltar que *O Despertador* não publicou cartas de nenhum outro chefe de Estado estrangeiro, apenas de Rosas. O teor da “carta do imperador do Brasil, annunciando ao governo de Buenos-Ayres o fausto sucesso da declaração de maioria” é um indicativo de relações amistosas:

D. Pedro II; imperador constitucional, defensor perpetuo do Brasil, &c. **Ao grande e bom amigo illustre governador e capitão general da provincia de Buenos-Ayres, encarregado das relações exteriores da Confederação Argentina**, [grifo meu] que muita estima e aprecia, sauda. A assembleia geral legislativa do Brasil, consultado o bem do estado, resolveo declarar-me maior, afimde que governasse o imperio; e, havendo

---

118Aurora Fluminense, 23/11/1838. <http://memoria.bn.br/DocReader/706795/5290>

prestado o juramento prescripto pela constituição, assumi o regimen e administração do mesmo imperio. Fazendo-vos esta comunicação, lisengeo-me de que a recebereis com o mais vivo interesse. Por minha parte, nada ambiciono tanto como estreitar cada vez mais as relações de harmonia e boa intelligencia que felizmente existem entre ambos os paizes.<sup>119</sup>

Quem redige a carta do imperador é o liberal Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, que assumiria no ano seguinte o ministério de Negócios Estrangeiros. Trata-se de um liberal da chamada facção áulica (por sua proximidade com Pedro II) e cujas simpatias pelo governo rositas foram explicitadas pelo historiador argentino José María Rosa.

A resposta de Rosas não é menos cordial,

**Ao nosso estimado, grande e bom amigo, S. M. O Sr D. Pedro II,** imperador constitucional e defensor perpetuo do Brasil. Tivemos a honra de receber a mais apreciavel carta de 4 de agosto ultimo, em que V. M. Nos annuncia que a assembleia legislativa do Brasil (...) resolveu declarar maior a V. M., adim que governasse o imperio. (...) V. M. Fez justiça ao nossos mui amigaveis sentimentos, lisongeando-se de que este feliz acontecimento seria por nós recebido com o mais vivo interesse. Assim foi com effeito: sendo-nos muito grato assegurar a V. M. Que haverá sempre neste governo a mais constante disposição a conservar e estreitar as relações de amizade e boa intelligencia que felizmente existem entre o imperio do Brasil e a Condereção Argentina.<sup>120</sup>

Como se nota, o início do Segundo Reinado parecia indicar relações promissoras entre o Império do Brasil e a Confederação Argentina, incluindo certa comunhão de inteligências, pelas quais um fato estritamente doméstico – a maioria de Pedro II – era oficialmente comunicada ao país vizinho.

---

1190 Despertador Commercial e Politico, 26/11/1840. Parte Política.

<http://memoria.bn.br/DocReader/706701/2947>

1200 Despertador Commercial e Politico, 26/11/1840. Parte Política.

<http://memoria.bn.br/DocReader/706701/2947>

### 3.10 Tratado de 1843, a aliança frustrada com Rosas

Em 1843 houve a tentativa de aliança entre o Império do Brasil e a Confederação Argentina, dirigida por Rosas, contra seus adversários, os insurgentes farroupilhas no Rio Grande do Sul e os unitários argentinos, exilados no Uruguai. Juan Manuel de Rosas optou por não ratificar o tratado, uma vez que a situação política em seu país já estava pacificada e não eram mais necessários os vínculos externos para combater os unitários.

*O Repúblico*, jornal republicano, usa esse fato histórico para denunciar as inconsistências da política externa imperial:

Longe mostrar-se desconfiado e suspeito para com o governo arjentino, manteve com ele relações diplomaticas té 1851; aceitou todas as explicações para justificar a guerra que fazia a banda oriental; nunca protestou contra nem um de seus acctos relativos a este estado; nunca manifestou suas desconfianças, e menos invocou seus direitos ante o espetaculo dessa dominação sistemática, **de que se acuzava ao general Rosas; mas de uma vez aplaudiu no imperio sua politica externa, no parlamento, no gabinete, na imprensa; e por ultimo, como para por selo a todas essas tolerancias, a todas essas aprovações de sua conduta oficial, confeccionou-se no Rio de Janeiro, e ratificou-se pelo imperador o tratado de aliança de 1843**, pelo qual punha o imperio a disposição do governo arjentino para continuar a guerra que movia n'este paiz, sua influencia, seu dinheiro, suas armas. [grifo meu]<sup>121</sup>

Ou seja, o jornal acusa a intervenção contra Rosas em 1851 de casuísta e contraditória em relação à conduta externa até então seguida pelo Brasil. Se o motivo para guerra contra Rosas era seu intervencionismo na Banda Oriental, arguiu *O Republico*, como interpretar a política externa brasileira da década de 40, de “tolerância e aprovação” com esse mesmo intervencionismo? Além disso, cita-se um fato marcante: a tentativa de aliança com Rosas em 1843, que demonstraria a incongruência da decisão de intervir contra aquele governante.

---

121 *O Republico*, 18/09/1854. nº 402. <http://memoria.bn.br/DocReader/332704/866>



Note-se a menção a uma “dominação sistemática, de que se acusa ao general Rozas”, que indica que o domínio da Banda Oriental por Rosas seria mera acusação, não um fato consolidado. Essa perspectiva é, portanto, questionadora da política externa vigente no momento da publicação, o ano de 1854.

Também se destaca o fato de que o mesmo Honório Hermeto Carneiro Leão que celebrou o tratado de 1843 com Rosas foi aquele que planejou sua derrubada.

O sr. Onorio fez em 1843 um tratado com Rozas contra Frutuoso Rivera, e contra o partido unitario e colorado. (...) [Seus cúmplices] derribaram Rozas e Oribe, cuja aliança procuraram, para perpetuarem assim a luta com a recrudescencia dos odios, e a exsitação dos cabecilhas.<sup>122</sup>

As críticas a esta aliança não se restringiram à imprensa republicana. No *Aurora Fluminense*, os métodos do gabinete imperial para debelar a rebelião no Rio Grande são acerbamente criticados. Fala-se em “seduzir e comprar” Oribe e Rosas:

Depois houve que noticiasse por gracejo que tratava-se de seduzir e comprar Oribe, e Rosas. (...) Que furor de seduzir! Não estamos tão ricos, tão abastecidos de recursos, que devemos comprar todo o mundo com esses milhões obtidos à custa de tão fataes emprestimos.<sup>123</sup>

O ministério é, ainda, acusado de pouco “espírito nacional” e de não recorrer a meios dignos de um governo regular. A política de barganhar com governantes vizinhos para resolver problemas internos não era bem recebida pelo *Aurora Fluminense*, crítico que era da imprensa oficialista, a quem nomeia “Folhas Ministeriais”.

As críticas do *Aurora* restringem-se ao gabinete ministerial daquele momento, não alcançando o regime vigente no país, do qual era ingente defensor. O

---

122O Republico, 27/10/1855, nº 189. Negocios de Montevideú.  
<http://memoria.bn.br/DocReader/332704/1177>

123Aurora Flumiense, 02/11/1838. Rio de Janeiro. <http://memoria.bn.br/DocReader/706795/5256>

caudilhismo é apontado como um contraexemplo que reforça a legitimidade da monarquia brasileira.

Rosas, no entanto, é retratado como um entre outros tantos caudilhos. Sua representação no jornal não é especialmente negativa, sendo comparado com Fructuoso Rivera, aliado do Brasil:

Mas fora da União, e da monarchia não há para as provincias outro porvir, outro destino se não aquelle das pequenas republicas da America Meridional. Quem trocaria o regimen do sceptro constitucional do Sr. Pedro II, que symbolisa a ordem e a liberdade, pelo republicanismo do alfange de Bento Gonçalves, de Fructuoso Rivera, de Rosas, e tantos outros tyrannos populares?<sup>124</sup>

Nesse trecho percebe-se uma clara apologia ao regime monárquico, simbolizado pelo cetro de Pedro II. Por outro lado, a representação do caudilhismo é negativa, incorporada ao alfange, espécie de sabre. A dicotomia entre cetro, um instrumento da ordem, e o alfange, uma arma, pretende associar o caudilho às guerras e à instabilidade. Uma estratégia coerente com os princípios declarados pelo jornal, que são “Pelo Brasil dar a vida, manter a Constituição, sustentar a independência, é a nossa obrigação”.

Não nota-se nessa edição de 1838 nenhum antirrosismo especial, apenas uma estratégia de legitimação social da monarquia, por meio da comparação com as repúblicas da América meridional.

Em 1838, o *Aurora Fluminense* descreve a divisão do gabinete ministerial no que diz respeito à política exterior. Enquanto Bernardo Vasconcellos, ministro da Justiça, propõe uma aliança com Rosas, outros membros do gabinete se inclinam pela França:

A política inter-nacional, diz-se, deve neste momento o Gabinete. O Sr Ministro da Justiça propende à alliança com

---

124 *Aurora Fluminense*, 11/11/1838, n. 76. As republicas da América meridional.

<http://memoria.bn.br/DocReader/706795/5272>

Rosas contra as pretensões da França, ameaçadoras, e hostir a toda à America; o Minstro dos Extrangeiros e outros inclinam-se pelo contrario à França, esperando, que à força de mendigar os seus auxilios, e emtroco talvez do pundonor nacional e de concessões aviltantes, ella se digne intervir na nossa luta com a rebeldia de S. Pedro do Sull<sup>125</sup>

A abordagem de um eventual pacto com a França é extremamente negativa, o que transparece na expressão “mendigar auxílios”. No que diz respeito a Rosas, o jornal monarquista não manifesta juízo de valor. A divisão do ministério é reiterada em outras edições, em uma das quais relata que um jantar com o representante da França na Corte brasileira, do qual não fez parte o ministro Bernardo Vasconcellos:

Elles são formalmente accusados de infringirem a dignidade do governo Brsileiro, acceitando o jantar diplomatico do Enviado do Rei dos Franceses, de que por accinte e injuriosamente fôra excluido um Minstro da Corôa em rasão de defender o decoro nacional contra a occupação armada do Oyapok, e a causa americana contra as vistas ambiciosas da França<sup>126</sup>

As menções a uma “causa americana” que podem indicar de um viés favorável ao governo Rosas – que tinha no americanismo um elemento central de seu discurso oficial – são reiteradas em outras circunstâncias. Por ocasião da mudança de gabinete de 1839 e a nomeação de um representante em Buenos Aires, diz-se que:

(...) a nomeação de um plenipotenciario para a republica argentina, como uma mostra de alta differença, e consideração para com Rosas; parareceriam indicar que o Gabinete de 13 de Abril, deixando a carril da diplomacia anti-americana do seo antecessor, dispõe-se a mudar a face das nossas relações com os Estados vizinhos, a fazer cessar o isolamento, em que a respeito d'elles existimos, procurando pontos de appoio efficazes naquellas allianças (...)<sup>127</sup>

---

125Aurora Flumiense, 24/12/1838, n. 92. Rio de Janeiro.

<http://memoria.bn.br/DocReader/706795/5338>

126Aurora Flumiense, 04/01/1839, n. 93. <http://memoria.bn.br/DocReader/706795/5342>

127Aurora Flumiense, 15/05/1839, n. 140. <http://memoria.bn.br/DocReader/706795/5524>

Acrescentam, ainda, que o império colheria mais vantagens dando “à Argentina, e a Rosas, a importância que lhe é devida”.

### 3.11 O tempo do neutralismo

José Marianno Correia D'Azevedo Coutinho, desembargador maranhense, queixa-se do desinteresse do público em geral pelas questões platinas: “Rosas ou Fructo, qual dos dous vencerá? Nada há de certo que mais interesse à causa da integridade do império, há tantos annos pleiteiada no Rio Grande do que a decisão dessa questão externa, e no entanto pouca o nenhuma atenção se dá entre nós às diversas tão variadas phases dessa luta.”<sup>128</sup> Ele ironiza o comportamento dos leitores que tratam as disputas bélicas no Prata com mera curiosidade, como se ocorressem na China ou no interior da Espanha. No que diz respeito a Rosas, o publicista opina que sua vitória contra Fructuoso na Banda Oriental não seria necessariamente vantajosa ao Império. Postula que “todos esses chefes de repúblicas nossas vizinhas devem procurar alargar o circulo de influencia das suas ideias de organização social, se não augmentar seus dominios”.<sup>129</sup> Afirma que somente que são os recursos (militares, presume-se) do Império que impedem os líderes das repúblicas hispano-americanas de concretizarem as hostilidades.

Tal como ocorreu com o *Aurora Fluminense*, no texto no *Publicador Maranhense* não se nota elementos especificamente antirrosistas. Suas palavras denotam aversão genérica ao caudilhismo, que incluía tanto Rosas quanto seu adversário Rivera.

### 3.12 Rosas e o Paraguai

---

128Publicador Maranhense, anno I, n °6, 27/07/1842. Rosas, Fructo e o Rio Grande.

<http://memoria.bn.br/DocReader/720089/23>

129Publicador Maranhense, anno I, n °6, 27/07/1842. Rosas, Fructo e o Rio Grande.

<http://memoria.bn.br/DocReader/720089/23>

As divergências entre a Confederação Argentina e o governo paraguaio também são objeto de atenção dos jornais brasileiros. Esse é o caso do periódico fluminense *O Tempo*, que em 1846 aportava a seguinte notícia:

(...)(...) Madariaga, governador de Corrientes, entendeu-se com Urquiza; e este dando liberdade à um irmão do 1º, que tinha prezo, mandou-lhe com elle uma divisão de 1500 homens, commandados por Garzom. Com esta força entrou Madariaga na capital de Corrientes, entre aclamações, e **declarou a provincia em paz com Rosas**. O general Paz com os Paraguaios e outros retirarão-se para o territorio do Paraguay. O commandante da intervenção no Paraná dirigiu-se a Corrientes à congrassar aqueles chefes; o que porem suppoem-se que não conseguirá. [grifo meu].<sup>130</sup>

O grau de detalhamento da informação e o fato da notícia ser elaborada pelo próprio jornal – não se trata de uma tradução – demonstram que as relações entre Rosas e o Paraguai eram importantes para o público interno brasileiro.

Sobre a possibilidade de O Brasil aliar-se ao Paraguai contra Rosas, *O Tempo* publica um interessante debate entre o duque – naquele momento, conde - de Caxias e Bento Gonçalves, recém-integrado às fileiras do Império. A ocasião foi uma reunião convocada pelo próprio Imperador para debater os assuntos do Prata, em 1846.

Bento Gonçalves expôs sua “ franca opinião de soldado” afirmando ter sido um erro comprometer-se com o Paraguai (ao reconhecer sua independência, é de se supor) e depois abandoná-lo na luta. Enquanto a posição de Caxias era de que, na eventualidade de uma guerra, se havia “comprometido ao Paraguai um poder colossal em comparação ao da Confederação Argentina”, Bento Gonçalves acreditava exatamente no oposto, que a Argentina apresentaria vantagem em um potencial conflito:

---

1300 *Tempo*, 02/06/1846. Notícias do Rio da Prata. <http://memoria.bn.br/DocReader/706701/2947>

(...) nestas regiões não havia poder mais forte que o que apresentava hoje a Confederação Argentina, tanto pela homogeneidade da opinião, **como pela habilidade e irresistível vontade do homem que a governa**. Que conta com um exército numeroso, disciplinado, aguerrido, cheio do entusiasmo e orgulho que dá o triumpho commandado por chefes habéis, entre os quaes e seus soldados existe mutua confiança. Que a este poder oppunha o Paraguay uma massa numerosa mas informe, sem officiaes, sem chefes, e com um general como Paz, a quem conhecia muito e concedia mui pouca capacidade (...)[grifo meu]

131

Em sua perspectiva, portanto, Rosas era uma liderança hábil e de “vontade irresistível”, que contava com a confiança dos soldados, mais numerosos e preparados. O general Paz, unitário argentino que se aliara aos paraguaios, é visto numa perspectiva bem mais negativa, como alguém de “pouca capacidade”.

### 3.14 A recepção brasileira sobre a imprensa rosista

Uma das causas de animosidades e prevenções nas relações entre Brasil e Argentina são as opiniões jornalísticas, ou melhor, a recepção interna sobre essas opiniões, usualmente tratadas como insultos. Esse fenômeno pode ser observado no jornal *O Tempo*, no ano de 1846:

Os jornaes de Buenos-Ayres estão cheios de insultos e de ameaças ao governo do Brasil; e crê a pessoa que nos transmittio estas noticias, que devemos contar ser agredidos apenas Rosas se veja desafrontado dos inglezes e francezes <sup>132</sup>

### 3.15 O Tratado de 1828

O Tratado de 1828, pelo qual Brasil, Argentina e Inglaterra se comprometiam a garantir a independência e integridade territorial do Uruguai, é objeto de muitas manifestações nos jornais brasileiros a envolver o nome de Rosas.

131 *O Tempo*, 10/09/1846, n 34. Política Geral <http://memoria.bn.br/DocReader/719358/406>

132 *O Tempo*, 02/06/1846. Notícias do Rio da Prata. <http://memoria.bn.br/DocReader/706701/2947>

Ainda em 1832, no seu primeiro governo, Rosas é chamado pelo *Malagueta* de “homem exótico que obra só pela sua cabeça”. Remete-se a boatos de que o governo de Buenos Aires poderia descumprir o Tratado Preliminar de 1828, o que poderia atrair uma intervenção da Inglaterra, também garantidora do pacto:

Se Rozas romper o Tratado Preliminar bruscamente, fica sendo claro que dá hum pretexto aos Montevidianos, a exigir nossa interferencia, e no caso de nós não podermos prestar, fica o direito aos Montevidianos de recorrer aos Medianeiros: e quem são os Medianeiros? São os Inglezes. (...) a primeira vista parece que o Rio de Janeiro está de accordo com o Presidente Rozas, para auctorizar os Inglezes a fazerem valer sua Mediação do Tratado Preliminaer: e isto Senhor, he muito triste!!! <sup>133</sup>

O texto evidencia que os receios de *A Malagueta* não eram exatamente a intervenção de Rosas na Banda Oriental, mas o envolvimento dos ingleses. O problema seria, portanto, a fraqueza do Império “tão cheio de elementos de confusão interna”, incapaz de resguardar a “honra nacional”, que não poderia cumprir suas responsabilidades com Montevidéu, o que resultaria – de acordo com o jornal - em uma indesejável intervenção inglesa.

### 3.16 *A Mazorca*

*A Mazorca* - espécie de força parapolicial de apoio a Rosas - é mencionada nos jornais brasileiros, principalmente com o intuito de denunciar o regime rosista.

Mas as referências à mazorca também são uma ferramenta nas disputas políticas internas do Brasil. O jornal conservador *O Brasil*, as utiliza para construir uma analogia entre a “ditadura rosista” e o ministro liberal Limpo de Abreu:

A dictadura limpico-andradista, sustentada pela – mas-horca – à moda de Rosas em Buenos-Ayres. No vortice da demagogia

remoinharão throno, leis, instituições, té que do seio do cahos surja ordem, uma feliz inspiração salve o monarcha, e fazendo-lhe chamar para seu lado sabios e patrioticos conselheiros, reprima a facção mas-horquista, e firme base sobre base estável a monarchia e as instituições.<sup>134</sup>

Tais comparações evidenciam a impactante presença do governante argentino no imaginário político da época. Também indicam que o antagonismo a Rosas não se restringia a uma disputa de interesses nacionais, envolvendo disputas discursivas sobre as formas de organização social.

Os saquaremas de O Brasil constroem uma oposição entre “trono, leis e instituições” e a demagogia rosista, que estaria representada internamente por Limpo de Abreu. O rosismo, portanto, é incorporado ao jogo eleitoral brasileiro e as disputas partidárias pela preferência do imperador, que de acordo com esta fonte deveria abandonar a “facção mazorquista” e escolher melhores conselheiros.

No *Jornal do Commercio* também se denunciam os supostos crimes e perseguições cometidos pela *Mazorca*. A chegada de navios traz notícias dessa natureza:

Chegou hoje o paquete inglez de Buenos-Ayres, e conduz 170 passageiros, a mór parte vascos. Dizem que tinhão principiado as degollações naquella cidade pela maz-horca, e entre outros casos citão o de um italiano a quem principiarão por cortar as pernas e concluirão separando-lhe a cabeça. Acrescentão que o encontrarão no meio de uma rua mettido em um sacco.<sup>135</sup>

O periódico brasileiro não poupa os leitores dos detalhes sórdidos: descreve com minúcia a brutalidade atribuída à *Mazorca* e por consequência, a Rosas. O estilo da denúncia remete às *Tablas se Sangre*, de Rivera Indarte, autor argentino que tentava chocar o público difundindo os supostos crimes de Juan Manuel de Rosas.

---

134O Brasil, 12/11/1840, n. 59. Estratagemas da opposição.

<http://memoria.bn.br/DocReader/709565/233>

135Jornal do Commercio, 09/12/1845. Anno XX, n. 333.

[http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_03/8679](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_03/8679)



Com essa mesma linguagem forte, o *Jornal do Commercio* apresenta a perseguição da Mazorca a ex-aliados de Rosas, como o “Dr. Maza”:

No dia 28 do passado, às 6 horas da manhã, foi passado pelas armas o filho do Dr. Maza, sendo este assassinado às 6 horas da tarde do dia anterior, no seu gabinete da sala de representantes, pela gente da Mazorca (...) O Dr. Maza, ao saber da prisão de seu amado filho (...) renunciou pois os cargos de presidente do supremo tribunal de justiça e da sala de representantes; acção nobre, que foi considerada pelo assassino Rosas como hum delicto, e poucas horas depois o respeitavel ancião cahio debaixo do punhal dos escravos do tyranno<sup>136</sup>

Rosas é chamado de assassino e tirano, em franca oposição semântica a Maza, tratado pelo Jornal como nobre e respeitável ancião. Na mesma edição, noticia-se - em tom de indignação - que o cadáver do ex-aliado de Rosas “foi levado para o cemitério no carro destinado a negros”. Um periódico argentino que noticiou a morte é chamado, por sua vez, de *imunda gazeta do monstro* (referindo-se a Rosas).

As acusações sobre a Mazorca não comovem a redação do *Repúblico*. Diante da colaboração de uruguaios (Flores e Pacheco y Obes, principalmente) com o governo imperial, os republicanos sugerem que a Mazorca não seria castigo suficiente para esses “traidores asquerosos”:

Mizera sim, mizera republica, que entre seus próprios filhos conta seus tiranos, que vendem a honra, a independencia e a liberdade de sua patria!... Traidores asquerosos, a mazorca seria castigo demaziado suave para atentados, para crimes tamanhos.<sup>137</sup>

---

136Jornal do Commercio, 25/07/1839. Anno XIV, n. 165.

[http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_02/11501](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_02/11501)

137O Republico, 13/05/1854, n. 76. <http://memoria.bn.br/DocReader/332704/769>

## CAPÍTULO 4 - Rosas na imprensa brasileira: antes e depois de Caseros

### 4.1 Às vésperas de Caseros

Em 1848, O periódico *Íris*, em seu primeiro volume, estabelece um paralelo entre a América portuguesa e hispânica. Depois de louvar as glórias da monarquia brasileira, o progresso material, a melhora das comunicações entre as províncias, as exportações agrícolas, a cultura do imperador, faz uma descrição (crítica) de Rosas, na qual lhe reconhece o atributo da sua “firmeza de propósito”:

As Republicas Argentina e Oriental têm, há muitos annos,, estado em constantes luctas internas e externas. **Não há negar todavia que um grande vulto domina essa porção da America do Sul, o dictador Rosas,** a quem dissensões intestinas, revoltas formaes, guerras com seos visinhos, desintelligencia com varias nações estrangeiras, nada tem podido demover de seo proposito firme, como **um d'aquelles homens que Sá de Mirana chamava de antes quebrar que torcer.**<sup>138</sup>

Ou seja, para os redatores de *Íris*, Rosas não era um personagem para ser ignorado: representava um vulto a dominar parte do continente e mostrava-se resolutivo em seus desígnios. Era um homem a quem era mais “fácil quebrar do que torcer”, isto é, não se submeteria voluntariamente aos planos do Império.

O *Juiz do Povo* (periódico da província do Ceará, redigido pelo excêntrico Padre Verdeixa) deplora a Guerra contra Oribe e Rosas, dizendo tratar-se de uma artimanha para intimidar o país:

Mizeraveis! O povo já não confia mais em vossas illuzões! (...) Des que se tratou dessa guerra de mentiras com Rozas ou com Oribe, sempre dicemos que tudo isso era uma patranha para se intimidar o paiz, para effeito de não se realizar qual quer operação nessa constituição da coroa, e do senado; mas inferno, e só infeno para o povo<sup>139</sup>

---

138 *Íris*, anno 1848, volume 1. <http://memoria.bn.br/DocReader/823325/2>

O Padre Verdeixa, alcunhado “Canoa Doida”, opõe-se veemente à guerra, que para ele era um embuste, “uma tramoia contra a liberdade”, “um manejo surdo para se conservar o paiz intimidado assustado e pronto a receber tudo quanto o governo que lhe quiser impor”. Logo, creía ele que a guerra seria dirigida a finalidades internas, de fortalecer a autoridade do gabinete ministerial e submeter a população.

Preocupava-se também com o recrutamento forçado e a sanguinolência da guerra. Ademais, relacionava o intervenção brasileira na região platina a uma manobra diversionista em face dos problemas internos:

O paiz tem os olhos fitos nessa guerra supposta e irrealisavel contra Rosas; as provincias do norte, como que desesperadas, já não tem que esperar senão de si mesmo, do resto de seus filhos que falta por deportar. Não nos illudamos.<sup>140</sup>

Arrazoava que enquanto o país estava com os “olhos fitos nessa guerra contra Rosas”, ocorriam “massacres, deportações, morte e recrutamento”, vinculados principalmente à repressão imperial (“os horrores de Pernambuco”) contra a Revolução Praieira.

Mas diante dos problemas externos, também surgem apelos à unidade nacional. É o que se nota no seguinte texto de *O Tempo*, de 1846:

Haja paz no interior, é tudo de quanto se carecce! Alliem-se todos os partidos nesses pontos em que o patriotismo exige o accordo de todas as vontades, seja restabelecida a ordem por toda a parte, e por toda a parte reine o respeito e a justiça; e então tudo estará feito<sup>141</sup>

---

139O Juiz do Povo, 13/06/1951. Anno I, número 65. O Governo e o Paiz.

<http://memoria.bn.br/DocReader/701700/219>

140O Juiz do Povo, 15/04/1951. Anno I, número 51. O dedo da Providencia.

<http://memoria.bn.br/DocReader/701700/171>

141O Tempo, 04/08/1846 Rio da Prata. <http://memoria.bn.br/DocReader/719358/362>

O contexto imediato desse apelo à unidade é o fim das intervenções europeias no Prata, com a retirada do bloqueio anglo-francês sobre Buenos Aires. Em tais circunstâncias, *O Tempo* propõe a superação das divergências internas, das disputas entre liberais e conservadores, para melhor atingir os objetivos externos do país. Essa unidade nacional seria crucial na intervenção contra Oribe e Rosas em 1851 e 1852.

#### 4.2 Rosas no exílio

Demonstrando a permanência de sua admiração por Rosas, o periódico *O Republico* critica a perseguição contra os rosistas em Buenos Aires e anseia com o regresso do "Restaurador das Leis":

Em Buenos-Ayres o governo faz prizões a pretexto de conspirações rozistas; é precaução; o governo vê, que Rosas vive, e que Buenos-Ayres não se esquece d'ele; mas não vê como Rosas tem conservado na Europa alheio aos negocios, esperando sim acabar seus dias no seio da patra <sup>142</sup>

No mesmo texto, o governo de Rosas é chamado de "regime popular". É comparado com o general boliviano Santa Cruz. Essa analogia é um elemento que permite que interpretemos que a linha editorial pró-rosista de *O Republico* não decorre de adesão personalista ao governante argentino, mas de sua aliança geral com os regimes republicanos da América do Sul. Da mesma maneira que cantam loas a Rosas, o mesmo fazem com Santa Cruz, seu notório inimigo. O cerne da questão é antagonizar a "monarquia portuguesa do Brasil", como a denominam.

#### 4.3 Rosas: republicanismo, idealismo e militarismo

Podemos encontrar no *Noticiador*, jornal do Rio Grande do Sul, um forte discurso contrário ao republicanismo, usando como exemplo a situação da província

---

142O Republico, nº165, 28/07/1855. Noticias do Rio da Prata.  
<http://memoria.bn.br/DocReader/332704/1103>

de Buenos Aires. A matéria pertencia originalmente ao Aurora Fluminense, mas sua reprodução integral e sem comentários pressupõe um alinhamento editorial.

O texto data de 1834. É, portanto, anterior a qualquer conflito direto entre Rosas e o governo brasileiro. Na realidade, é anterior à própria chegada do governante ao poder, se desconsiderarmos o breve período de 1829-1832. A única interpretação cabível, portanto, é de que o Aurora Fluminense e o Noticiador criticavam Rosas visando exclusivamente o cenário político interno. Na realidade, trata-se de uma denúncia dos republicanos brasileiros, na qual Rosas figura como um eloquente contraexemplo, mais vinculada à representação social do caudilhismo do que de suas especificidades enquanto agente histórico.

**Os nossos imprudentes republicanos, homens cujo espirito se deixa influir pela pompa dos nomes**, sem olharem a realidade das coisas, devem olhar seriamente para os estado em que se acha hoje a nossa vizinha, republica de Buenos Ayres. **Esta bella cidade aonde a civilização europea**, as artes, e a intelligencia havião começado a desinvolver-se, sob auspicios do governo hum pouco severo de Bernardino Rivadavia, levada do **amor de formosas theorias**, ou antes, impellida em diversos sentidos por homens que as agitações publicas tinham tornado importantes no estado, vê-se em circumstancias de dobrar quatro veses o joelho diante de hum chefe de força armada, pedindo-lhe humildemente que os queira governar. Quatro veses a sua reverente supplica encontrou repulsa no **General D. João Manoel Rosas**, ou deseioso de impor condições que ainda se lhe não offerecerão, ou enfasiado de reger hum povo que lhe parece voluvel, superficial e inconstante. [grifo meu] <sup>143</sup>

Ora, fica bem claro que a aversão dos jornais Aurora Fluminense e Noticiador não se dirige diretamente a Rosas e sim, ao republicanismo. O objetivo é alertar o público leitor dos males da República, que seriam, na lógica do texto, desordem, idealismo vazio e militarismo. Note-se que os "imprudentes republicanos" são apresentados como indivíduos de pouco pragmatismo, volúveis e influenciáveis, que se deixam guiar pelo "amor de formosas theorias". O discurso estabelece uma

antinomia entre a suposta beleza do ideal republicano e sua caótica realidade, consubstanciada no exemplo da Argentina rosista.

Outro ponto relevante abordado pelos dois jornais diz respeito à questão militar, como se nota no seguinte trecho:

Não são nem grandes talentos administrativos, nem sublimes virtudes patrióticas, as qualidades que distinguem o Sr. Rosas, e o habelitão para receber de seus concidadãos taes testemunhos de esclusiva deferencia. Não; **o General commanda 2 ou 3 mil homens arregimentados**, e huma triste experiencia tem feito conhecer aos Portenhos nestes ultimos tempos que nenhum Governo ahi pode manter-se, sem este formidavel contrapeso, posto ao espirito democratico. Não fora melhor aos Argentinos terem na Realesa limitada o justo equilibrio que lhes falta? Podem ensoberbecer-se de serem **Republicanos aquelles que são assim obrigados a prostrar—se quatro vezes diante de uma espada, sem cuja intervenção não acreditão na própria existencia social?** (...) [grifo meu]<sup>144</sup>

Há intenção de estabelecer uma identidade entre rosismo e militarismo. A referência a Rosas como “o General” não é ingênua ou neutra, quando a analisamos de forma contextualizada. No Brasil da década de 1830 vigia uma intensa desconfiança em relação aos militares profissionais.

Para a elite imperial não havia nada mais desonroso que “prostrar-se quatro vezes diante de uma espada”.

#### 4.4 Rosas e o Vice-Reinado do Prata

Um das principais alegações dos adversários de Rosas no Brasil é de que ele era um governante expansionista, que ambicionava anexar o Uruguai e o

---

144O Noticiador, nº 278, 30/10/34 <http://memoria.bn.br/DocReader/230270/290>

Paraguai, reintegrando territórios outrora pertencidos ao Vice-Reinado do Rio da Prata.

Tais acusações são repelidas pelo periódico O Republico

Em 1845 corriam rumores a respeito da ambição de Rozas, rumores que sem duvida pareceram infudados ao Brazil, desde que até 1851 não se notou seu alarme sobre a independencia Oriental, que tinha em tanto preço, em nem uma reclamação formal, em nenhum documento diplomatico! <sup>145</sup>

#### 4.5 1953: o imediato pós-guerra

O Republico, em 1853, com a manchete de “Rebelião em Montevideú” deplora o intervencionismo do Brasil na região platina, dizendo que “vemos a velocidade com que corre o governo imperial d'este Brazil para sua queda, sendo o próprio agitador nas Repúblicas do Prata”.<sup>146</sup> Critica o tratado de aliança entre Brasil e Uruguai de 1851, chegando a mencionar um “protetorado brasileiro” no país vizinho. O ex-presidente deposto, Giró – adversário do Brasil – recebe o atributo de “venerável”.

A hegemonia brasileira no Prata parece não convencer os editores de O Republico, que afirmam que o imperador não reconhece sua impotência e alimenta “veleidades monárquicas” na América. Vaticinam a queda do regime: “o governo imperial, cego vai cavando o abismo, em que se tem de despenhar e breve a monarquia”.<sup>147</sup>

Se Giró, por sua inimizade ao Império recebe elogios, Pacheco e Flores (aliados dos brasileiros) são descritos como tratantes, “que vendem o futuro da

---

145O Republico, nº27, 12/10/1853. Rebelião em Montevideu.  
<http://memoria.bn.br/DocReader/332704/589>

146O Republico, nº27, 12/10/1853. Rebelião em Montevideu.  
<http://memoria.bn.br/DocReader/332704/589>

147O Republico, nº27, 12/10/1853. Rebelião em Montevideu.  
<http://memoria.bn.br/DocReader/33274/589>

pátria”. Da mesma forma, Fructuoso Rivera (também aliado do Brasil) é chamado de traidor, que se levantou contra o “governo legal de Oribe”.

Os republicanos desse periódico deploram o gabinete saquarema, afirmando que seu único resultado foi a queda de Rosas, que teria ocorrido devido ao gênio belicoso dos conservadores e dos milhões sacrificados na guerra:

Debaixo de qualquer ponto de vista que se encare a administração saquarema nada há que admirar, e muito menos que espantar. Além da queda de Rosas devida ao genio belicoso dos dominadores, e aos milhões que se sacrificaram, nenhuma gloria mais tem os Pitts e Pombaes.<sup>148</sup>

Além dos excessivos gastos da guerra, é duramente criticada a conciliação entre liberais e conservadores que a ela se seguiu.

Críticas à intervenção contra Rosas reaparecem até mesmo em versos – de autoria de Moniz Barreto – em outra edição de *O Republico*, como pode ser observar no seguinte trecho:

Uma corôa ao Montezuma  
Lá trazem de frescas rosas  
Do Prata as filhas garbosas -  
E um hyno de agonia  
Se canta à diplomacia

Outro de dó, consagrado  
Às finanças do Brazil  
N'elle atêam bocas mil;  
E a guerra em voz q'horrerosa  
O memento entôa a Urquiza..<sup>149</sup>

O fragmento do poema reafirma a oposição aos gastos de guerra e o vínculo do Brasil com Urquiza. A Guerra do Prata é abordada como a “agonia da diplomacia”.

---

148O Republico, nº27, 12/10/1853. Rebelião em Montevideu.  
<http://memoria.bn.br/DocReader/332704/589>

149O Republico, 18/11/1853, nº56,. <http://memoria.bn.br/DocReader/332704/617>



#### 4.6 A posteridade

Em 1854, Rosas ainda é lembrado como “o imortal Rosas”, contra quem o “miserável governo” brasileiro fez sua “obra de perdição”, levantando os povos vizinhos para fazer a guerra.<sup>150</sup>

O *Republico* também tranquiliza seus leitores (*verdadeiros americanos*) em relação ao bem-estar de Rosas no exílio, chamando-o outra vez de *imortal Rosas e ilustre restaurador das leis*:

A todos os verdadeiros americanos comunicamos que o imortal João Manoel Rosas goza perfeita saúde, e se acha cercado das considerações, que lhe granjearam o seu caráter e gênio americano, a Providencia pois o guarda para grande cousas inda. Aseite o ilustre restaurador das leis as felicitações, do seu dedicado e velho amigo, que espera ve-lo breve restituído aos patrios lares.<sup>151</sup>

É importante notar as insistentes referências ao americanismo: o público-alvo da nota são os “verdadeiros americanos”, Rosas, por sua vez, é dotado de um “gênio americano”.

As interferências do Brasil na região platina após a guerra contra Oribe e Rosas são duramente criticadas e suscitam recordações elogiosas ao governante argentino. Honório Hermeto Carneiro Leão, presidente do Conselho de Ministros à época da guerra, é denunciado por suas *imprudências*, o governo imperial é chamado de “desorganizador dos povos [do Prata]”. A única solução pacífica para a região – de acordo com o jornal – seria o fim da monarquia brasileira:

As queixas do governo do imperador são infundadas, e aqueles povos oje estão firmemente convencidos, que só podem ter paz, quando o Brasil for republicano. (...) Rosas foi sempre o mais impertinente defensor do imperador; e a Rosas pagou o imperador como se sabe.<sup>152</sup>

150O *Republico*, 14/01/1854, nº 45. Montevideu. <http://memoria.bn.br/DocReader/332704/649>

151O *Republico*, 10/02/1854, nº 53. Rosas. <http://memoria.bn.br/DocReader/332704/681>

152O *Republico*, 10/02/1854, nº 53. Rosas. <http://memoria.bn.br/DocReader/332704/681>

O jornal também indica a intervenção contra Rosas como uma traição, pois este teria sido, supostamente, um aliado do imperador.

Mas não são apenas nas matérias de política exterior que rememora-se a imagem de Rosas no Brasil. Até na proibição do entrudo – festa popular que antecedeu o atual Carnaval – encontra-se menções ao governante argentino. Considerado um hábito bárbaro e retrógrado, o entrudo acabara de ser proibido no Brasil e *O Republico* recorda que Rosas “para acabar com o entrudo recorreu a um decreto cominando penas mui severas”.<sup>153</sup>

Seu nome continua sendo citado, mesmo em ocasiões prosaicas. Quando da nomeação de um agente diplomático uruguaio, menciona-se entre seus méritos o de ser descendente do governador Martin Rodriguez, “a quem coube a honra de distinguir então ao honrado Rozas, nomeando-o coronel”. Por esses precedentes, o jornal americano acredita ele não irá “vender-se ao ouro imperial para atraiçoar sua pátria, e a América”.<sup>154</sup>

#### 4.7 Rosas e os republicanos brasileiros

Unidos em seu apoio a Rosas, os jornais republicanos também apresentavam divergências. *O Republico*, por exemplo, defende sua integridade jornalística afirmando que não recebe subvenções de governos estrangeiros, ao contrário do que faz *O Americano*:

si o Americano era subvencionado pelo estrangeiro, o republico nunca o será: o republico escreve por sua conta, e o interesse do estabelecimento republicano no Brazil. (...) Apesar da amizade que nos possa ligar, nem o sr. Guido, nem o general Rozas

---

153 *O Republico*, 06/03/1854, nº 59. O entrudo. <http://memoria.bn.br/DocReader/332704/705>

Nesta nota sobre o entrudo, a imagem sobre Rosas é negativa e fala-se do terror de seu governo.

154 *O Republico*, 21/06/1855, nº 154. Os novos agentes diplomáticos de Montevideu.

<http://memoria.bn.br/DocReader/332704/1063>

podem mercar a nossa fraca pena; quando nos comunicássemos, fariamos de igual para igual.<sup>155</sup>

Depois de elaborar essa distinção e reafirmar sua independência de ideias, *O Republico* desconstrói a tese da unicidade do interesse nacional. Para seus redatores, é natural a aliança dos republicanos brasileiros com as repúblicas do Prata:

Em verdade o Republico é da escola patriótica, que procura ao imperio todas as desgraças; e si ao imperio convem o dominio das rejiões do Prata; aos republicanos brasileiros com muito mais razão deve convir a alieansa das republicas do Prata.<sup>156</sup>

Ademais, o periódico se disponibiliza para publicar as queixas dos países vizinhos, chamados de “nossos conterrâneos do Rio da Prata”, contra o governo imperial. Há uma clara prioridade pelos vínculos de ideologia, em detrimento das unidades nacionais: “se os orientais e argentinos são inimigos da política do governo do Brazil, e si nós também o somos, não vos deveis maravilhar que estejamos de acordo com orientais e argentinos”.

O temor da fragmentação do país em diversas repúblicas – com apoio de Rosas – é explorado pelo jornal conservador *O Brasil*, ainda no ano de 1840:

Os redactores do 'Brasil' [não querem] que o primeiro imperio da America cáia retalhado em uma centena de republicasinhas protegidas pela dictadura de minguidos Rosas, e devorado por uma centena de harpias.<sup>157</sup>

Há uma clara contraposição de termos entre “primeiro imperio da America” e a “centena de republicasinhas protegidas por Rosas, mostrando que o governador argentino era para o jornal um contraexemplo ideal para a defesa do regime monárquico.

---

155O Republico, 18/09/1854. nº 402. Ressurreição do Americano.  
<http://memoria.bn.br/DocReader/332704/866>

156O Republico, 18/09/1854. nº 402. Ressurreição do Americano.  
<http://memoria.bn.br/DocReader/332704/866>

157O Brasil, 12/11/1840, n. 59. Estratagemas da opposição.  
<http://memoria.bn.br/DocReader/709565/233>

A preocupação com a fragmentação do território é condizente com as circunstâncias políticas nas quais o texto está inserido, quais sejam as rebeliões provinciais que emergiram no período regencial e só foram aplacadas na década de 1840. Na mesma edição, os redatores de O Brasil protestam contra os termos de negociação que supostamente seriam entabulados com os rebeldes farroupilhas. Para eles, o governo brasileiro seria benevolente ao discutir uma hipotética proposta de “inteira anistia sem reserva alguma” e considerar como legítimas as patentes concedidas pela República Riograndense. Não consideravam prudente negociar com rebeldes cujas tropas eram compostas por “escravos roubados a seus senhores”.<sup>158</sup>

Julgavam as cláusulas propostas para paz como desairosas e indecorosas e, além disso, pensavam eles que as tratativas fortaleceriam os farroupilhas, que poderiam voltar a se insurgir:

(...) deixarão todo o futuro da provincia à disposição dos republicanos, quando de novo d'elles se apossarem seus desejos de independencia e de união com a republica vizinha!.<sup>159</sup>

A associação entre republicanismo e influência dos países vizinhos é reiterada nesse trecho de O Brasil. Os próprios republicanos brasileiros reconheciam esse vínculo, como foi explicitado anteriormente a partir do jornal O Repúblico,

Ademais, o ex-farroupilha Bento Gonçalves confirma esse suposto vínculo em 1846, em audiência com o imperador, dizendo que na eventualidade de uma guerra com a Argentina, os republicanos do Rio Grande se uniriam a Rosas. A fonte é uma notícia de O Tempo, já estando pacificada a Revolução Farroupilha:

(...)se os exercitos de Rosas chegassem a invadir a provincia do Rio Grande, serão precedidos por uma forte vanguarda, **composta de todo o partido republicano** e de outro partido composto de homens que já foram legalistas, pelos quaes tinha sido convidado para uma revolução. [grifo meu]<sup>160</sup>

158O Brasil, 12/11/1840, n. 59. Estratagemas da oposição.

<http://memoria.bn.br/DocReader/709565/233>

159O Brasil, 12/11/1840, n. 59. Estratagemas da oposição.

<http://memoria.bn.br/DocReader/709565/233>

160O Tempo, 10/09/1846, n 34. Politica Geral <http://memoria.bn.br/DocReader/719358/406>

Assim sendo, a hipótese da influência de Rosas sobre o republicanismo brasileiro, difundida pelo conservador periódico *O Brasil*, são procedentes e confirmadas pelos próprios republicanos. Ademais, o próprio Rosas teria dito que “un Brasil democrático y republicano tendría títulos para integrar la Federación de América Latina”.

#### 4.8 Rosas e as classes baixas

Rosas é acusado por conservadores brasileiros de uma espécie de expansionismo republicano, que levaria à fragmentação do território brasileiro. Mas há também um outro aspecto explorado por esses jornais, que é o vínculo do ditador *buenairense* com as classes baixas.

O jornal *O Brasil* noticia a visita a Antonio Carlos Andrada por parte de um comerciante, que é descrito como “rosista da gema”. Este teria afirmado que o sucesso de Rosas se devia ao apoio das classes populares, fato que suscita temor nos redatores do periódico:

Alem de andradista, **era esse negociante rosista da gema.** Fallou-se do triumpho que acaba de obter o dictador sobre o orgulho dos Francezes: - **Se Rosas triumphou, disse por fim S. Ex. Foi por que entregou-se às classes infimas da sociedade;** são ellas as que têm dedicação e patriotismo: as mais elevadas não apresentam se não egoismo, asqueroso egoismo. Rosas o comprehendeu e seus inimigos estão reduzidos a pó: o governo do Brasil tambem o entende assim; as classes infimas da sociedade tambem o apoiam, tambem são por elle affagadas: veremos quem vence. (...) [grifo meu]<sup>161</sup>

Insistem nas comparações entre o governo rosista e o brasileiro, visando desprestigiar o gabinete de Andrada e Limpo de Abreu com essa analogia. O apoio das “classes ínfimas da sociedade” é mais uma das máculas que encontram em Rosas,

---

161 *O Brasil*, 29/12/1840, n. 76. Revelação. <http://memoria.bn.br/DocReader/709565/306>

ao mesmo tempo em que lamentam a falta de dedicação e patriotismo das classes altas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

“*Juan Manuel ha vuelto a su campo, y en la ciudad mandan ellos, los hombres de principios, los intelectuales, los que deprecian a los gauchos y admiran la civilización europea*”

**Manuel Gálvez**

Rosas foi, para a imprensa brasileira de seu tempo, *Grande Americano* e *Tirano do Prata*, a depender de cada jornal e de sua linha editorial. Os redatores que o admiravam, viam-no como o líder sul-americano que derrotou duas potências europeias, no plano externo, e que obteve ordem e promoveu o federalismo, no interno. Por sua vez, os adversários lhe imputavam ideais expansionistas, afirmando que desejava reconstruir o Vice-Reinado do Rio da Prata às custas de seus vizinhos menores e da segurança do Império Brasileiro. Internamente, acusavam-lhe de despotismo e perseguição política, evocando com frequência a existência da *Mazorca*.

Essa visão, no entanto, nem sempre foi tão rígida. Como se viu na análise de fontes, a princípio não existiam grandes objeções contra Rosas entre as elites brasileiras. Isso pode ser demonstrado pelo júbilo por suas vitórias contra os indígenas, no teor amistoso das cartas com o Imperador Pedro II e mesmo na indiferença dos periódicos que publicavam documentos oficiais relativos às questões platinas, sem engajar-se de um lado ou de outro.

Mas o *Grande Americano* engrateceu-se em demasia, vencendo a oposição interna, os franceses e os ingleses. Oribe, seu aliado, estava prestes a controlar toda a Banda Oriental, estabelecendo um sítio sobre a cidade de Montevideú.

O domínio da Banda Oriental talvez seja o eixo condutor de todos os grandes conflitos platinos. As grandes guerras dessa sub-região, de fato, só ocorreram quando os interesses brasileiros no Uruguai estavam ameaçados. Esse foi o caso da Guerra da Cisplatina, da Intervenção contra Oribe e Rosas, da Guerra do Paraguai.

Se a percepção das elites brasileiras estava dividida no que concerne a Rosas, a iminente anexação da Banda Oriental fez pender a balança para os antirrosistas. Na perspectiva política que tornou-se dominante naquele momento, não era plausível que o Império ignorasse os estancieiros gaúchos, profundamente vinculados às terras e ao gado do Uruguai.<sup>162</sup> Tais fazendeiros, recém-integrados ao restante do país, clamavam pela intervenção. A humilhação em face da Inglaterra – que unilateralmente decidira proibir o tráfico de escravos e que fazia incursões militares nas águas, nos portos e até mesmo em terras brasileiras – exigia uma válvula de escape. Os uruguaios de Montevideú clamavam por socorro, queixavam-se da demora e da indecisão das lideranças brasileiras. Sua iminente derrota resultaria, para o Brasil, na perda de seu único aliado regional. Ao mesmo tempo, a diplomacia de Rosas não apresentava ânimo de temporização. Exigia reparações e a cessação das invasões riograndenses na Banda Oriental.

A resposta para todas essas inquietudes foi a guerra contra Rosas. Por meio dela, o gabinete conservador não apenas conseguiu se perpetuar no poder, ele inaugurou uma nova ordem: o Tempo Saquarema. Não se tratava apenas de uma vitória militar, era também discursiva. Eliminava-se o inimigo externo e o interno: o federalismo, a anarquia, a desordem, o republicanismo, o militarismo.

O grupo de poder reunido em torno de Paulino e Carneiro Leão<sup>163</sup> conseguiu criar um arquétipo de inimigo e vencê-lo, consolidando a ordem monárquica e centralizadora que idealizavam. Tal tarefa, no entanto, não foi fácil: tratou-se de uma guerra discursiva, que precedeu a guerra propriamente dita. E um dos principais campos de batalha foi o da imprensa.

---

162 Perspectiva política que pode ser, com razão, qualificada como subimperialista.

163 Representado pelo jornal *O Brasil*



A versão saquarema sobre Rosas e seu governo triunfou na opinião pública brasileira. Tamanho foi esse triunfo dessa versão que a Memória de seus opositores foi praticamente elidida. E o apagamento dessa memória é a maior evidência da vitória saquarema na guerra pela opinião pública nacional.

No imaginário coletivo dos brasileiros, Rosas tornou-se o Tirano do Prata. Sua imagem de Grande Americano, embora presente nas fontes e na historiografia, foi parcialmente esquecida.

## REFERÊNCIAS

### 1 – Fontes primárias

O Maiorista, 1841

Diário de Pernambuco, 1829

Jornal do Commercio, 1829 a 1845

O Repúblico, 1831 a 1855

Aurora Fluminense, 1832 a 1838

O Noticiador, 1834

Correio Official, 1845

O Despertador Commercial e Politico, 1840

O Publicador Maranhense, 1842

O Tempo, 1846

A Malagueta, 1846

O Brasil, 1840

Íris 1848

O Juiz do Povo, 1848 a 1851

### 2 – Bibliografia

#### A) Livros

ALENCAR, José de. *O gaúcho*. 3. ed. São Paulo : Ática, 1998.

ASSIS, Machado. *Obra Completa*, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, V.III, 1994.

BANDEIRA, Moniz. *O Expansionismo Brasileiro e a Formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. Rio de Janeiro: Renavan; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BASILE, Marcello Otávio N. De C. *O Império Brasileiro: panorama político*. In: Linhares, Maria Yedda (org). *História Geral do Brasil*. 9ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. 11ª ed. Brasília: UNB, 1998.

CALÓGERAS, João Pandiá. *A Política Exterior do Império*. Volume 3. Brasília: Editora Senado Federal, 1989.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto/ EDUSP, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial Teatro de sombras: a política imperial*. 4ª ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2008.

CERVO, Amado. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. Brasília: UNB, 1981.

\_\_\_\_\_, Amado. BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora UNB, 2002.

\_\_\_\_\_, Amado. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Editora Saraiva, 2008

\_\_\_\_\_, Amado. RAPOPORT, Mario (orgs). *El Cono SurI: una historia comum*. Buenos Aires: Fundo de Cultura Econômica, 2008

CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (diretores). *Historia de las Relaciones Exteriores Argentinas*, tomo IV. Grupo Editor Latinoamericano, 2000. Disponível em: <http://www.argentina-ree.com/historia.htm>

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

DONGHI, Tulio Halperin. *Historia argentina 3: de la revolución de independencia a la condeferacion rosistac*. Buenos Aires: Paidós, 2000.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Historia contemporânea de América Latina*. Buenos Aires/ Madrid: Alianza Editorial, 2008.

DORATIOTO, Francisco.. *O Brasil no Rio da Prata (1822 - 1994)*. Brasília: Editora FUNAG, 2014.

\_\_\_\_\_, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FERREIRA, Gabriela Nunes. *Paulino José Soares de Souza (Visconde do Uruguai): A construção dos instrumentos da diplomacia brasileira*. In: *Pensamento Diplomático Brasileiro: Formuladores e Agentes da Política Externa (1750-1964)*. Brasília: Editora FUNAG, 2013.

FREYRE, Gilberto. A Propósito de Dom Pedro II. In: *Perfil de Euclides e Outros Perfis*. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro: 1944.

- GÁLVEZ, Manuel. *Vida de Juan Manuel de Rosas*. Buenos Aires: Claridad, 2007.
- GELMAN, Jorge. *Rosas bajo fuego: Los franceses, Lavalle y la Rebelión de los estancieros*. Buenos Aires: Sudamericana, 2012.
- GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo. (orgs) *O Brasil Imperial*, vol 2. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2011.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: O Brasil Monárquico. 1º Volume, “O processo de emancipação”. 2ª Edição. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965.
- HUDSON, Guillermo Henrique. *La Tierra Púrpura: alla lejos y hace tiempo*. Caracas : Biblioteca Ayacucho, 1980.
- JÚNIOR, Raymundo Magalhães. *Três panfletários do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009
- LIMA, Oliveira *O Império Brasileiro (1822-1889)* Brasília: UNB, 1986.
- LYNCH , John. *Las repúblicas del Río de la Plata* in: BETHELL, Leslie. *História da América Latina*, vol 6. Barcelona: Editorial Crítica, 1991.
- MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina de. (orgs). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.
- MOLINA, Matías M. *História dos jornais no Brasil: da era colonial à Regência (1500-1840)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de Keila. *O Tempo Saquarema*. 3ª ed. Rio de Janeiro : Access, 1994.
- MOREL, Marco. *Da gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil*. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (org.). *Livros e impressos: retrados do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.
- RAMOS, Paula da Silva. *Vozes do Império. Estados Unidos e Argentina no debate político da imprensa brasileira*. São Paulo: Cultura Acadêmica. Editora Unesp, 2013.
- RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de janeiro: UFRJ, 1996.
- ROMERO, José Luis; *Las ideas políticas en Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. 1987.
- ROSA, José María. *La Caída de Rosas*. Buenos Aires: Editorial Punto de Encuentro, 2010.
- \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Historia argentina. Tomo IV: Unitarios y federales (1836-1841)*. Buenos Aires: Editorial Oriente.
- SAFFORD, Frank. *Política, ideología y sociedad* in: BETHELL, Leslie. *História da América Latina*, vol 6. Barcelona: Editorial Crítica, 1991.

SANTOS, Luis Cláudio Villafañe dos. O Brasil entre América e a Europa. *O Império e o interamericanismo* (do congresso do Panamá à conferência de Washington). São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

SEDYCIAS, João. (org) *América hispânica no imaginário literário brasileiro*. 1ª ed. Recife: Editora UFPE, 2007.

SODRÉ, Werneck. *Historia da imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: MAUAD Editora, 1999.

SOUZA, José Antonio Soares. *Duarte da Ponte Ribeiro, um Diplomata do Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952

TERÁN, Oscar. *Historia de las ideas en la Argentina*. Diez lecciones iniciales, 1810-1980. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.

TERNAVASSIO, Marcela. *Historia de Argentina (1806-1852)*. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.

TORRES, João Camillo de Oliveira. *A democracia coroada: teoria política do Império do Brasil*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1964.

TORRES, Miguel Gustavo de Paiva. *O Visconde do Uruguai e sua atuação diplomática para a consolidação da política exterior do Império*. 1ª ed. Brasília: FUNAG, 2011.

## **B) Teses e Dissertações**

BARRIO, Cesar de Oliveira Lima. *O intervencionismo do império brasileiro no Rio da Prata: da ação contra Rosas e Oribe à tríplice aliança*. 2011. 289 f. ; Tese (doutorado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2011.

COSER, Ivo. *O pensamento político do Visconde do Uruguai e o debate entre centralização e federalismo no Brasil (1822-1866)*. 2006. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Ciência Política)–Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e opinião pública no Brasil Império: Minas Gerais e São Paulo (1826-1842)*. Belo Horizonte: UFMG, 2011. Tese de doutorado.

OLIVEIRA, Gabriel Abílio de Lima. *Cronistas e Atlantes: Justiniano José da Rocha, Firmino Rodrigues Silva e o Regresso Conservador (1836-1839)*. São João Del Rey: UFSJ, 2013. Dissertação de mestrado.

SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822 -1834)*. (doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2006.

SOUZA, Joanna Santos de. *A Diplomacia do Patacão: queda de Rosas e a nova configuração de forças no Prata (1850-1858)*. (dissertação). Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, 2013.

VERANO, Pedro H. As Instituições Políticas do Império e as Relações com o Paraguai (1840-1853). (dissertação). Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, 2012.

### C) Artigos

ANSALDI, Waldo. La forja de un dictador: el caso Juan Manuel de Rosas. *Crítica & Utopía. Latinoamericana de Ciencias Sociales*. 1981, n. 5.

CERVO, Amado. Conceitos em Relações Internacionais. *Revista Brasileira de Política Internacional*. 2008, vol.51, n.2

CHALUPA, Jiri. El caudillismo rioplatense del siglo xix: análisis del caso concreto de Juan Manuel Ortiz de Rosas (1793–1877). *Acta Universitatis Palackianae Olomucensis*. 1999, vol.74.

DORATIOTO, Francisco. O Império do Brasil e a Argentina (1822-1889). *Textos de História*. 2008, vol. 16, n. 2.

FELDMAN, Ariel. Imprensa Política E Apoio Popular Às Vésperas Da Praiera: Lopes Gama e os embates jornalísticos entre 1845 e 1846. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*. 2015, n 33.

FERRAZ, Sérgio. A Dinâmica Política do Parlamentarismo do Império: Gabinetes, Câmara dos Deputados e Poder Moderador (1840-1889). III Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, de 22 a 26 de abril de 2013.

HEREDIA, Edmundo. Historiografía de las relaciones argentino-brasileñas. *Anuario de Estudios Americanos*. 1996, vol. 53, n.2.

LOBO, Luiza. Juana Manso: uma exilada em três pátrias. *Revista de Gênero*. Niterói, 2009, v. 9, n. 2, p. 47-74.

MEGLIO, Gabriel di. La Mazorca y el orden rosista. *Prohistoria: historia, políticas de la historia*, n. 12, p. 69-90, 2008.

PALTI, Elias Jose. Imaginacion historica e identidad nacional en Brasil y Argentina: un estudio comparativo. *Revista Iberoamericana*. 1996, vol. 62, n. 174.

ROSA, José María. Rosas y la república independiente de Río Grande – *Revista del Instituto J.M. de Rosas*, 1958, n. 17.

SOUZA, José Antonio Soares de. À margem de uma política (1850-1852). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1953, vol. 221

ZICKMAN, Renée Barata. História através da imprensa. Algumas considerações metodológicas. In Projeto História, nº4 SP: PUC, 1981.